



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO**

NAIRA DOS SANTOS BONFIM

**“NA MINHA CASA, NÃO!”:
Negociações de Performatividade de Pessoas Assumidamente LGBTQIAP+ na
Família Cisheteropatriarcal**

Salvador
2024

NAIRA DOS SANTOS BONFIM

“NA MINHA CASA, NÃO!”:

**Negociações de Performatividade de Pessoas Assumidamente LGBTQIAP+ na
Família Cisheteropatriarcal**

Dissertação de Mestrado apresentada como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestra e conclusão do Mestrado Acadêmico em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, na Linha de Pesquisa Gênero, Alteridade e Diversidade.

Orientadora: Prof.^a Dra. Darlane Silva Vieira Andrade

Salvador

2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B713 Bonfim, Naira dos Santos
“Na minha casa, não!”: negociações de performatividade de pessoas assumidamente LGBTQIAP+ na família cisheteropatriarcal / Naira dos Santos Bonfim. - 2024.
84 f.: il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Darlane Silva Vieira Andrade
Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

1. Famílias. 2. Homossexuais – Aspectos sociais. 3. Teoria Queer. 4. Identidade de gênero. I. Andrade, Darlane Silva Vieira. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 306.76

NAIRA DOS SANTOS BONFIM

“NA MINHA CASA, NÃO!”:
NEGOCIAÇÕES DE PERFORMATIVIDADE DE PESSOAS ASSUMIDAMENTE
LGBTQIAP+ NA FAMÍLIA CISHETEROPATRIARCAL

Dissertação de Mestrado apresentada como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestra e conclusão do Mestrado Acadêmico em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

Nº 229

Salvador, 28 de Fevereiro de 2024.

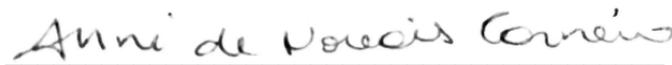
Banca examinadora

Darlane Silva Vieira Andrade - Orientadora



Doutora em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo
Universidade Federal da Bahia

Anni de Novais Carneiro



Doutora em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo
Universidade Federal da Bahia

Lina Maria Brandão de Aras



Doutora em História Social
Universidade de São Paulo

*À todes es LGBTQIAP+ que se arriscam a viver a vida com a
dignidade que insistem em nos negar.*

AGRADECIMENTOS

Começo os meus agradecimentos pedindo licença à minha ancestralidade. Não estaria aqui se não fosse por quem veio antes de mim e pela espiritualidade que me protege e me guia.

À minha esposa, Gabriele, que me proporciona todos os dias um lar repleto de amor, carinho, companheirismo e cuidado. Obrigada a você e a Chico e Bell, nossos filhos felinos, por construírem uma vida linda comigo.

Agradeço em especial à Bárbara, Lucas, Pablo, João, Viterbo, Raquel, Victoria, Fillipe, Maria Clara, André, Heliabe, Jéssica, Letícia, Yuri, Millen, Ariele, Beatriz, Amanda e Adelmo e Priscila, amigos que também me proporcionam um lar e que me permitiram construir outra família.

Aos meus chamegos, Maria Beatriz, Paula e Mel, por compartilharem a vida comigo, sempre com muito amor e afeto.

Agradeço à Anna Amélia, que, de professora, se tornou uma grande amiga, e sempre apoiou todos os espaços que eu tomei para chegar aqui.

Aos meus pais, por terem acreditado na potência da educação e investido na minha entrada na universidade, na minha carreira e, mesmo sem entender, investiram no meu sonho de estar na academia. Agradeço em especial à minha mãe, pelo esforço em transformar nossa relação em um lugar de amor.

Agradeço às minhas avós, pelo olhar de carinho e amor todos esses anos e por terem me dado o privilégio de amá-las e ser amada por elas ao longo dos 26 anos que vivi ao lado de cada uma. Estarei sempre celebrando a memória de vocês.

Por fim, agradeço à Darlane, minha orientadora, que proporcionou o avanço deste trabalho.

Nós aprendemos sobre o amor na infância. Seja nosso lar feliz ou problemático, nossa família funcional ou disfuncional, é essa a primeira escola do amor.

- bell hooks.

BONFIM, Naira dos Santos. “NA MINHA CASA, NÃO!”: Negociações de Performatividade de Pessoas Assumidamente LGBTQIAP+ na Família Cisheteropatriarcal. 2024. Orientadora: Darlane Silva Vieira Andrade. 84f. il. Dissertação (Mestrado em em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

RESUMO

A família é, quase sempre, o primeiro espaço de contato, socialização, aprendizagem e compreensão da cultura que estamos inseridos. A compreensão que circula no imaginário social sobre o que é família, parte de um ideal colonial e cisheteropatriarcal, que organiza os membros destas unidades em hierarquias de poder e distribuição rígidas de papéis sociais binários de gênero. Em um contexto de família pautada numa organização cisheteropatriarcal, os membros podem ser compelidos a se adequarem para reproduzir as normativas cobradas pelo meio social. Existem pactos, implícitos ou explícitos, de performatividade e expressão de gênero e sexualidade entre uma pessoa LGTBQIAP+ e a família primária que não acolhe sua identidade de gênero e/ou sexualidade? Para realização da minha pesquisa estabeleço um diálogo com as teóricas Adrienne Rich e Monique Wittig para pensar as normativas da heterossexualidade e intelectuais da teoria queer como Judith Butler, Leandro Colling e Eve Sedgwick para discorrer sobre performance, performatividade e o armário. O estudo tem caráter qualitativo e optei pela autoetnografia para construção e análise de dados, a partir de diários pessoais, fotografias e ilustrações autorais durante o período de 2012 a 2023, complementados com a técnica da linha de vida para separar os eventos significativos que fizeram parte dos dados. Ao longo da dissertação discorro sobre o conceito de pactos performativos, elencando recursos que são utilizados para a manutenção desses pactos. Argumento também sobre a dualidade de viver essas experiências performativas, uma vez que os pactos tanto são uma tentativa por parte da sociedade em nos aprisionar nas normativas da heterossexualidade e da cisgeneridade, como também são escudos que utilizamos para escapar de viver violências em nossas famílias nucleares. Finalizo com contribuições para a discussão sobre o que podemos definir como família, haja vista que, as pessoas LGBTQIAP+ estão sempre tensionando essas definições.

Palavras-chave: família; LGBTQIAP+; teoria queer; performatividade; autoetnografia.

BONFIM, Naira dos Santos. “NOT IN MY HOUSE!”: Negotiations of Performance of Assumed LGBTQIAP+ People in the Cisheteropatriarchal Family. 2024. Advisor: Darlane Silva Vieira Andrade. 84f. il. Dissertation (Master's in Interdisciplinary Studies on Women, Gender and Feminism) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.

ABSTRACT

The family is often the first space of contact, socialization, learning, and understanding of the culture we are embedded in. The social imaginary's understanding of what constitutes a family stems from a colonial and cisheteropatriarchal ideal, which organizes the members of these units into rigid hierarchies of power and binary gender role distributions. In a family context guided by a cisheteropatriarchal organization, members may be compelled to conform to reproduce the normative expectations of society. This research investigates the existence of implicit or explicit pacts of gender and sexual expression and performance between LGBTQIA+ individuals and their primary families that do not embrace their gender identity and/or sexuality. To conduct this study, I engage in a dialogue with theorists Adrienne Rich and Monique Wittig to reflect on the normativities of heterosexuality, and with queer theory scholars Judith Butler, Leandro Colling, and Eve Sedgwick to discuss performance, performativity, and the closet. The study has a qualitative character, and I chose autoethnography for data construction and analysis. This involved using personal diaries, photographs, and self-made illustrations from 2012 to 2023, complemented by the lifeline technique to separate significant events that were part of the data. Throughout the dissertation, I discuss the concept of performative pacts, listing resources used to maintain these pacts. I also argue about the duality of living these performative experiences. On the one hand, the pacts represent an attempt by society to imprison us in the normativities of heterosexuality and cisgenderism. On the other hand, they also serve as shields that we use to escape experiencing violence in our nuclear families. I conclude with contributions to the discussion on what we can define as a family, given that LGBTQIA+ individuals are constantly challenging these definitions.

Keywords: family; LGBTQIAP+; queer theory; performativity; autoethnography.

LISTA DE SIGLAS

LGBTQIAP+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queers, Intersexo, Assexuais, Pansexuais e mais

PPGNEIM - Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo

CRP-03 - Conselho Regional de Psicologia da Bahia - Região 03

CREPOP - Centro de Referência de Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Linha de Vida - Pg. 43

Figura 02 - Diários e cadernos de desenho - Pg. 47

Figura 3 - “Desenho sem título - 2013” - Pg. 48

Figura 4 - “Desenho sem título - 2014” - Pg. 48

Figura 5 - “Interior do interior - 2017” - Pg. 49

Figura 6 - “Um dia de Domingo - 2018” - Pg. 49

Figura 7 - Autorretrato com desenhos autorais ao fundo - 2015 - Pg. 60

Figura 8 - “Saudade de mim.” - 2017 - Pg. 77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Separação dos temas/categorias por período de análise dos recursos utilizados - p. 44.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1 - AS FAMÍLIAS E OS ARMÁRIOS: POR QUEM E COM QUEM NEGOCIAMOS?.....	23
1.1 FAMÍLIA NUCLEAR: UMA FANTASIA COLONIAL?.....	23
1.2 DO IMPERATIVO DA CISHETERONORMATIVIDADE AO ARMÁRIO.....	26
1.3 PERFORMANCE E PERFORMATIVIDADE: CORPOS QUE BORRAM BORDAS.....	31
1.4 OS LIMITES DAS EXPRESSÕES DISSIDENTES NA FAMÍLIA.....	34
CAPÍTULO 2 - NOTAS METODOLÓGICAS.....	39
2.1. O CAMINHO PARA A AUTOETNOGRAFIA.....	39
2.2. CONSTRUINDO AS EPIFANIAS.....	44
CAPÍTULO 3 - CONCEITUANDO OS PACTOS PERFORMATIVOS.....	49
3.1 REGISTROS DA DISSIDÊNCIA: APRESENTANDO OS DADOS.....	49
3.2 CISHETERONORMATIVIDADE E PACTOS PERFORMATIVOS.....	54
REFLEXÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	81
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	85

INTRODUÇÃO

Baseado em carne viva e fatos reais
É o sangue dos meus
Que escorre pelas marginais
E vocês fazem tão pouco mas falam demais
Fazem filhos iguais assim como seus pais
Tão normais e banais em processos mentais
Sem sistema digestivo
Lutam para manter vivo o morto-vivo
Morto-vivo morto, morto
Morto-viva
 Trecho da Música “Bomba Pra Caralho” da
 Cantora e Ativista Linn da Quebrada

Escrever uma autoetnografia me proporciona a sensação de abrir as minhas próprias vulnerabilidades para que os/as/es leitores/as encontrem em si as suas próprias epifanias em meio a partilha de nossas realidades. Ser sujeito da minha própria pesquisa foi um grande desafio, haja vista que o meu campo, que é a minha experiência dentro da minha família nuclear primária, foi atravessado com diversas transformações ao longo dos últimos anos. Essas transformações alcançaram as questões que aqui debato, fazendo com que o campo, e conseqüentemente, minhas epifanias, fosse alterado à medida que escrevia, mas com o cuidado necessário para não perder de vista os objetivos da autoetnografia.

Quando me propus a escrever sobre a família fui aos poucos entendendo que, mesmo com todas as particularidades do funcionamento do núcleo familiar em que cresci, há vivências que são compartilhadas de modo semelhante por outras pessoas LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queers, Intersexo, Assexuais, Pansexuais e mais) em seus respectivos núcleos familiares e é nessa realidade compartilhada que minha dissertação acontece. A realidade que trago à luz para análise diz respeito a experiência de sair do armário para a família nuclear e não experienciar o acolhimento mas também não experienciar o rompimento das relações ou a expulsão de casa, mas algo no meio desses dois pólos. Falo sobre o viver a sexualidade e/ou identidade de gênero como algo que não pode

existir no núcleo familiar, ou melhor, não há espaço para acontecer já que o discurso repetido por esses pais é de que “*na minha casa não*”. Nesse momento, surge uma ruptura sobre como podemos vivenciar e expressar nossa sexualidade e identidade de gênero, ora num espaço (a casa) que demanda uma expressão cisheteronormativa e ora noutro espaço (que pode ser qualquer lugar), que possibilita o resgate de tudo que precisa ficar escondido. Aqui escrevo sobre os acordos que nem sempre são ditos, mas que nos levaram a borrar as linhas da performance e performatividade de modo a sobreviver à essa forma de LGBTQIAPfobia intrafamiliar.

Para falar dessa experiência de pactos, optei pela a autoetnografia, um método que me convoca a descrever quem eu sou em meio à essa estrutura cisheteropatriarcal, assim como também a apresentar os outros sujeitos dessa pesquisa: os meus pais, que ao mesmo tempo em que reproduzem aos violências do colonialismo, também são atravessados e sofrem por algumas dessas violências. É necessário pontuar aqui de que lugar eu falo, para localizar as minhas construções de vida e teóricas. Sou uma pessoa preta, bissexual e não-binária, o que significa que a cisgeneridade com as opções “homem” e “mulher” não dá conta da minha identidade de gênero, além disso, utilizo todos os pronomes (ela/elu/ele) e na dissertação vario com o uso ao escrever em primeira pessoa. Também acredito e vivo a não-monogamia, um caminho que vislumbro como uma possibilidade de construir relações, incluindo familiares, baseadas na ética da afetividade e não hierarquizada pela consanguinidade.

Escolhi falar sobre meu nome para explicar de forma breve como a minha família nuclear primária se organiza a partir das relações também com a família extensa. “Naira” foi um nome escolhido pela minha mãe, não apenas pelo significado ou origem do nome, mas pela repetição da letra inicial no nome dela e de suas irmãs mulheres. Curiosamente, a mesma repetição das letras acontece com o meu pai, seus irmãos homens e o meu avô paterno e poderia ter acontecido comigo, caso eu tivesse nascido com o mesmo gênero que eles. Para meu pai, a repetição da letra sempre significou herdar um nome que poderia só ser dado aos homens e a garantia da continuidade do parentesco; para minha mãe, a repetição da letra também significava a continuidade, mas a continuidade de um cargo de responsabilidade geracional.

Em ambas as famílias, homens e mulheres têm papéis muito bem definidos entre os irmãos, contudo, há um destaque para os papéis dos meus pais. Como fui atribuída como uma menina ao nascer, ganhei não apenas um nome com “N” mas também herdei toda responsabilidade dada às mulheres da minha família, especialmente da minha mãe. Havia em

mim a expectativa de não apenas ascender socialmente, mas de ser heterossexual, cisgênera, cristã e casada com um homem. A continuidade da família não é apenas a continuidade das posses e propriedade, não versa só sobre os nomes ou as trocas de poder. A continuidade da família é a continuidade da garantia de que as normas cisheteronormativas vão ser não apenas seguidas, mas como também repetidas e reiteradas, reforçando assim os papéis sociais de gênero, ou seja, uma responsabilidade que supostamente me aguardava no futuro.

Sou a única filha de um casal composto por um homem negro, cisgênero, heterossexual e militar e por uma mulher negra, cisgênera, heterossexual e evagélica. Mesmo antes de nascer, eu já tinha funções pré-definidas e para começar a viver essas funções era preciso apenas esperar pelo sexo, este que só foi revelado pouco antes do parto, atrapalhando a construção do meu enxoval rosa ou azul.

Como filha da minha mãe, caberia a mim garantir que a estrutura cisheteropatriarcal fosse mantida nas próximas gerações, tanto no nosso núcleo primário quanto no núcleo familiar extenso. Essa responsabilidade seria herdada, haja vista que este é o papel desempenhado por ela como a mais velha dentro da dinâmica que foi construída em sua família, que tem como base uma organização cristã e conservadora. Minha mãe carrega a função de responsabilidade e tomada de decisões importantes para vida de todos, por consequência, eu deveria ser a extensão dessa função, não só assumindo responsabilidades mas também dando o exemplo construindo um caminho de vida tradicional e conservador.

Soube que era uma pessoa bissexual aos 14 anos, o que fez com que não houvesse tempo hábil para sequer vivenciar essa responsabilidade fazendo com que o desejo de rejeitar essas normativas aparcesse com muita facilidade. Foi nessa época que então passei a viver as experiências que aqui discuto na dissertação e entendi que, para sobreviver, uma parte de mim deveria simular a heterossexualidade. Mesmo sabendo o que representava, nunca rejeitei o meu nome, pelo contrário, o acolhi e pude ressignificar para algo que faz sentido para mim, mas sempre rejeitei o papel que ele carregava e que era demandado de mim naquele espaço.

Para além de ter rejeitado os papéis de gênero que estavam ali me aguardando na saída do útero, escolhi rejeitar também a família. Não as pessoas, ou a possibilidade de afeto, mas escolhi a rejeição da lógica que organiza as famílias em que a maioria de nós veio ou está inserida. Fazer parte da comunidade LGBTQIAP+ é ter as minhas vivências e relações afetivas constantemente contestadas e acusadas de atacar a família tradicional. Em um primeiro momento, eu neguei as acusações de tentativas de destruição dessa família, mas

entendo que sim, eu quero destruir essa família de estrutura colonial cisheteronormativa, pois é essa família que violenta vidas dissidentes, que silencia expressões e mata subjetividades.

Essa pesquisa parte de um lugar pessoal no qual eu, enquanto uma pessoa não-binária e bissexual, precisei, por muito tempo, performar determinadas normativas de gênero e sexualidade que eram esperadas para que pudesse permanecer dentro do núcleo familiar primário. Nunca houve uma ameaça de expulsão da casa em que morava com meus pais, mas também, enquanto morei lá, nunca houve um acolhimento acerca da minha sexualidade e performance de gênero. Foram pactos, explícitos e implícitos, que delimitavam a minha performatividade de gênero e de sexualidade dentro daquela esfera cisheteronormativa. Apesar de ser abertamente bissexual para meus pais, por muito tempo nunca falamos sobre isso ou sequer pude apresentar namoradas para eles. Havia um limite sobre como eu poderia expressar minha identidade de gênero, quais roupas ainda eram aceitáveis e quais não eram para que eu pudesse permanecer em casa. A maioria dos pactos não foram ditos de maneira direta, mas o discurso normativo sempre deu um jeito de chegar. Já outros foram mais diretos, como a recorrente frase “Na minha casa, não!”, que é título deste trabalho e um discurso que ouvia sempre dos meus pais quando eu tentava falar sobre minha bissexualidade. Essa frase servia para proteger aquele espaço familiar tradicional e cisheteronormativo, delimitando onde eu poderia ser quem eu sou e onde eu deveria performar o que era esperado.

Foi após sair de casa e em diálogo com outras pessoas LGBTQIAP+ também assumidas para suas respectivas famílias, que fui percebendo a repetição dessas narrativas. Entendi que eu não era a única e isso não acontecia só na minha casa, meus amigos, minhas companheiras também passavam (e ainda passam) por isso. A sensação, para alguns de nós LGBTQIAP+, é que nossa casa se torna móvel, porque a cada momento construímos e encontramos espaços que podemos habitar sem performar, podendo ser a universidade, a casa de um amigo que mora sem os pais, ou até mesmo um barzinho. É pela mobilidade do lar que surge para nós a possibilidade de construir outras famílias.

A lógica da estrutura colonial e cisheteronormativas atinge as subjetividades LGBTQIAP+ mesmo fora de casa, pois, a reiteração das normativas cisheteropatriarcal nos demanda colocar papéis de gênero nas relações que não funcionam para as nossas vivências. Romper com a normatividade é, muitas vezes, romper também com possibilidades e “privilégios” que são concedidos quando se performa o que é esperado, como por exemplo, o pertencimento àquele núcleo familiar.

Poder construir outras narrativas familiares com a família pautada pelos laços afetivos e pela não-monogamia ao invés dos laços sanguíneos e do modelo monogâmico, foram importantes marcos na minha caminhada pessoal para refletir sobre as possibilidades de construção e percepção familiar para pessoas LGBTQIAP+. A coletividade para as minorias sociais é um respiro em meio às opressões sofridas cotidianamente, é uma possibilidade de construir diferentes arranjos familiares, além de ser uma estratégia para enfrentar o sofrimento psíquico causado pela LGBTQIAPfobia. As novas configurações de família, tendo o afeto enquanto ponto central, viabiliza também a ideia da escolha de amar, sem a obrigatoriedade social acerca do amor incondicional da família, o que muitas vezes aprisiona muitas pessoas LGBTQIAP+ na culpa de amar os seus agressores.

Para além do atravessamento pessoal, há também as reflexões que são frutos do meu lugar profissional como psicóloga. Por quase dois anos atuei como psicóloga voluntária na Casa Aurora - Centro de Acolhimento e Cultura LGBTQIAP+, um espaço que foi destinado para acolher pessoas que foram expulsas de seu núcleo familiar em decorrência de sua identidade de gênero e/ou orientação sexual, em Salvador. Além do tempo de atuação na Casa Aurora, atuo há quatro anos como psicóloga clínica e a maioria dos meus pacientes faz parte da comunidade LGBTQIAP+. Essas reflexões no âmbito profissional contribuíram para os meus questionamentos sobre as dinâmicas afetivas e a repetição de negociações e pactos dentro das estruturas familiares cisheteropatriarcais. Também foi possível perceber significativas mudanças nessas negociações a partir do momento em que se torna insustentável continuar as performances, onde viver de maneira saudável as expressões de gênero e sexualidade passa a ser prioridade, ainda que para isso seja necessário abrir mão de acesso que eram proporcionados por estar naquele núcleo familiar.

Há diversas motivações para performar a cisheteronormatividade, como segurança, aceitação, dependência financeira, entre outros, porém, no espaço familiar nuclear, uma importante motivação é a ideia do afeto e pertencimento. Pensando em pessoas LGBTQIAP+ que assumiram sua sexualidade e/ou identidade de gênero para a sua família primária e que permaneceram em suas residências, porém, não tiveram sua identidade de gênero e/ou sexualidade aceitas, levanto alguns questionamentos: existem pactos, implícitos ou explícitos, de performatividade e expressão de gênero e sexualidade entre uma pessoa LGBTQIAP+ e a família primária que não acolhe sua identidade de gênero e/ou sexualidade? Como esses pactos funcionam? Performar cisheteronormatividade no espaço familiar primário poderia ser uma maneira de sobreviver à LGBTQIAPfobia intrafamiliar?

É a partir desta reflexão entre teorias que teço a minha pesquisa. Aqui, levanto a hipótese de que os pactos performativos de cisheteronormatividade feitos por pessoas assumidamente LGBTQIAP+ dentro do espaço familiar nuclear são uma estratégia de sobrevivência à LGBTQIAPfobia intrafamiliar, bem como uma estratégia para tentar garantir a permanência naquele núcleo e acessar não só afeto, mas como também recursos de educação, segurança, dentre outros. É importante ressaltar que não considero esses pactos exclusivos do âmbito familiar, mas sim como uma estratégia social de opressão às subjetividades LGBTQIAP+ e que esses pactos podem ser vividos em outras esferas da vida, contudo, pela escolha de meu desenho de pesquisa, investigo esses pactos apenas no âmbito familiar.

A partir das minhas vivências pessoais e profissionais acima relatadas, me implico para o seguinte tema de estudo: os pactos performativos de pessoas LGBTQIAP+ assumidas dentro de suas famílias primárias. Embaso o tema na discussão teórica sobre construção da ideia de família cisheteropatriarcal e de parentesco, trazendo uma discussão feminista e decolonial, bem como reflexões acerca da heterossexualidade compulsória e o pensamento heterossexual. Como teoria que direciona majoritariamente o meu trabalho, principalmente no que tange aos conceitos de performance e performatividade, dialogo com os estudos *Queers/cuir*s, a partir de uma perspectiva interseccional.

O objetivo geral do presente estudo é compreender como os pactos performativos dentro da estrutura familiar nuclear cisheteropatriarcal podem ser utilizados como estratégias de sobrevivência à LGBTQIAPfobia intrafamiliar. São objetivos específicos: a) Explorar experiências autoetnográficas acerca das vivências de LGBTQIAPfobia dentro do espaço familiar primário; b) Conceituar “pactos performativos” a partir da análise autoetnográfica; c) Analisar a importância da construção de novas perspectivas de arranjos e convivências familiares para as pessoas LGBTQIAP+. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa com o nº CAAE: 73745923.0.0000.5686.

O estudo tem caráter qualitativo e para caminhar através da minha proposta de pesquisa, utilizo como método a autoetnografia (Tony Adams; Stacy Jones; Carolyn Ellis; 2022; Carolyn Ellis, Tony Adams e Arthur Bochner, 2010), que é uma abordagem de pesquisa ancorada no uso de narrativas pessoais para o entendimento de questões sociais.

A autoetnografia nos convoca a refletir sobre o papel da pessoa pesquisadora nesse processo e, por isso, eu proponho a utilização desse método não para trazer a minha experiência no lugar de experiência universal às vivências LGBTQIAP+, pelo contrário,

utilizo para localizar como os marcadores sociais atravessam na compreensão sobre afeto e família. Minhas experiências servem como ponto de partida para pensar essa pesquisa, mas o lugar da chegada é o adensamento do campo de pesquisas e teórico que permitam avançar nos estudos das temáticas aqui escolhidas. Dessa forma, proponho pensar também sobre como o exercício de se desfazer das concepções hegemônicas sobre família e construir novos arranjos familiares pode ser um caminho para uma vida vivível para nós, pessoas LGBTQIAP+. Utilizo a minha experiência pessoal para ilustrar aspectos significativos das relações intrafamiliares de forma que outras pessoas LGBTQIAP+ possam experimentar *insights* que as levem a uma reflexão acerca de suas vivências.

Para realização desta autoetnografia utilizo diários pessoais, relatos de memórias, fotografias e ilustrações autorais na construção dos dados que serão utilizados para a reflexão das temáticas de pesquisa. Utilizo também como recurso de organização temporal e temático a ferramenta de linha do tempo/linha de vida com o objetivo de separar os eventos significativos acerca da minha sexualidade ao longo dos anos em ordem cronológica e em seguida escolher quais momentos, trechos e imagens estarão na pesquisa. Construir a linha do tempo possibilitou a separação de duas categorias temáticas: “pactos performativos de cisheteronormatividade” e “novas famílias, diferentes performances” que serão trabalhadas com mais profundidade nos capítulos de resultados.

Essa pesquisa é embasada em epistemologias feministas, *queers* e decoloniais e assume um lugar de importância no campo dos estudos de gênero, pois, me proponho a adentrar em aspectos das subjetividades e vivências LGBTQIAP+ relacionados às dimensões sobre as relações intrafamiliares, haja vista que a família é um aspecto social com relevância significativa para pensar as relações de gênero no âmbito público e privado. Ao invés de falar apenas de novas configurações de família, meu interesse caminha também pela pesquisa relacionada aos modelos cisheteropatriarcais e coloniais de família e como esse modelo tem colaborado para as performances normativas das pessoas LGBTQIAP+ dentro dessas relações e como ser subversivo sendo submetido à esses modelos.

O primeiro capítulo versa sobre os fundamentos teóricos da pesquisa e apresento as contribuições da teoria feminista para as definições de família, a partir de uma visão atravessada pelas perspectivas *Queer* e decoloniais, que direcionam críticas para as compreensões hegemônicas sobre o que é ou não legitimado como família. Construo também nesse capítulo discussões sobre a heterossexualidade compulsória e pensamento heterossexual resgatando os textos das autoras Monique Wittig e Adrienne Rich, essas

discussões são caminhos introdutórios para pensar as questões epistemológicas do armário, propostas por Eve Segdiwck, e para pensar também sobre os efeitos e dinâmicas provocados nas relações familiares a partir da saída do armário. Ainda no primeiro capítulo escrevo sobre as discussões sobre performance e performatividade provocadas por teóricos que constroem a teoria queer, como Judith Butler e Leandro Colling, além da discussão de cishetenormatividade levantada por Viviane Vergueiro e Jaqueline Gomes de Jesus. E, por fim, a partir do caminho de pensamento teórico construído ao longo do capítulo, eu introduzo as primeiras definições conceituais sobre o que chamo de pactos performativos.

No segundo capítulo apresento os fundamentos metodológicos da minha pesquisa apresentando o método da autoetnografia e trago conceitos a partir dos autores Carolyn Ellis, Tony Adams e Arthur Bochner, além de adicionar também para minhas referências novamente a autora Viviane Vergueiro e seus diálogos em sua dissertação autoetnográfica para pensar esse método para pessoas com corpos e gênero dissidentes.

No terceiro capítulo, apresento tanto a construção dos materiais de análise como também introduzo aspectos importantes sobre o meu campo de pesquisa e os sujeitos de pesquisa e, construo as definições do que chamo de pactos performativos. Neste capítulo para construir os aspectos conceituais da minha pesquisa utilizei como recursos os relatos de memória, ilustrações e diários pessoais, resgatando e ampliando a discussão sobre o armário e as normativas da cisgeneridade e heterossexualidade.

Por fim, nas considerações finais busco responder às perguntas iniciais de pesquisa a partir do que foi articulado nos capítulos anteriores, reiterando a construção teórica que me propus a fazer e finalizo com as reflexões despertadas ao longo da experiência da escrita autoetnográfica.

CAPÍTULO 1 - AS FAMÍLIAS E OS ARMÁRIOS: POR QUEM E COM QUEM NEGOCIAMOS?

Neste capítulo traço os marcos teóricos a partir das contribuições das teorias feministas para construir reflexões acerca da concepção de família, levantando os aspectos do patriarcado, do colonialismo e da heteronormatividade que estão imbricados nesta atual compreensão. Em seguida, proponho uma reflexão sobre a saída do armário (*coming out*) utilizando como referência as discussões sobre a compulsoriedade da heterossexualidade e o pensamento heterossexual, além disso, apresento também consequências em nível subjetivo e psíquico da LGBTQIAPfobia vivida dentro do espaço familiar. Para construção da perspectiva de pactos performativos trago a teoria *queer* para embasar teoricamente minha hipótese de pesquisa, apresentando as discussões sobre os conceitos de performance e performatividade.

1.1 FAMÍLIA NUCLEAR: UMA FANTASIA COLONIAL?

Nós nascemos em algum lugar, em núcleo ou parte de um grupo e, quase sempre, esse é o nosso primeiro espaço de contato, socialização, aprendizagem e compreensão da cultura que estamos inseridos. Geralmente, esse lugar é a família, em específico, a família nuclear, que, por muitas vezes é compreendida como uma unidade que contém um pai, uma mãe e um ou dois filhos. Essa compreensão que circula no imaginário social sobre o que é família, parte de um ideal colonial e cisheteropatriarcal, que organiza os membros destas unidades familiares em hierarquias de poder e distribuição rígidas de papéis sociais binários de gênero. Isso quer dizer que, supostamente, deve haver um homem, que irá ditar as regras, uma mulher, que ficará responsável pela manutenção da casa e cuidado com as crianças, e os filhos, que devem seguir essas regras e, posteriormente, dar continuidade a essas tradições em suas respectivas segundas famílias no futuro. Por ser construída deste modo, esse tipo de unidade familiar só se sustenta se funcionar a partir da matriz da cisgeneridade e da heterossexualidade.

Esse tipo de estruturação da família possibilitou que, na divisão dos espaços públicos e privados, a família se encaixasse no espaço privado, haja vista que o público, marcado pelo espaço político e de trabalho foi dominado por homens e o privado, que corresponde ao lar e ao cuidado, foi direcionado para as mulheres (Lacilaura Costa; Rafael de Tilio, 2020).

Separar esses espaços corroborou com que a família se tornasse um lugar não alcançado pelo Estado, logo, sem intervenção de políticas públicas e sem ser incluído nas discussões de abuso de poder e dominação. Foi a partir das lutas dos movimentos feministas que a família é arrastada para a esfera pública, evidenciando que este espaço, a partir da estruturação colonial e cisheteropatriarcal, é um lugar que reproduz diversos tipos de violência e corrobora para a construção sistemática de papéis sociais de gênero. Para Berenice Bento (2013), o feminismo, ao transformar a família, que estava no privado, em político, além de evidenciar as assimetrias de poder, também possibilitou que outros arranjos familiares pudessem ser destacados e visibilizados.

Em “Tudo sobre o amor: Novas Perspectivas” (2020), bell hooks aponta que “(...) o lar da família nuclear é uma esfera institucionalizada de poder que pode ser facilmente autocrática e fascista. Como governantes absolutos, os pais geralmente podem decidir sem qualquer intervenção o que é melhor para os filhos” (p. 56), o que se estende também às mulheres, pois, ainda que haja o poder dos pais sob os filhos, há uma hierarquia também de opressão do homem para mulher. Compreende-se então que este espaço de agregação de indivíduos se constrói, enquanto normativa social, em uma matriz cisheteropatriarcal e assume a função de consolidar normas de gênero e exigir que seus membros cumpram com os papéis definidos dentro dessas normas.

Mary Castro (2016) destaca que essa estrutura favorece determinados tipos de configurações familiares enquanto exclui as demais possibilidades familiares, com efeito, a crítica feminista é então direcionada para a lógica de poder patriarcal (pai-marido) dessas famílias e aos papéis de gênero. A cisheteronormatividade apresenta essa estrutura como um modelo hegemônico e universal, hostilizando a construção de qualquer arranjo que não corresponda a essa ideia.

bell hooks (2020) tece críticas ao modelo nuclear de família trazendo a ideia de que este modelo é uma fantasia, tendo em consideração que dificilmente este modelo se mantém intacto, já que junto a família nuclear há também a extensa, que corresponde geralmente à tios, avós, primos, etc. Além disso, muitas vezes essa família extensa também habita a mesma casa, se tornando parte da família nuclear, ou, em alguns casos, esse arranjo colonial não existe, seja por conta de uma organização monoparental, homoparental, não-monogâmica ou em comunidades. Ao apontar o modelo de família nuclear como uma fantasia torna-se possível evidenciar que o argumento de que existe um modelo natural de família a ser seguido, é um argumento insustentável e, até mesmo, inatingível.

A inserção da família no âmbito público não trouxe apenas a discussão sobre as dinâmicas de poder das relações, mas também abriu brechas para que o Estado fizesse tentativas de validar essas dinâmicas de poder. O núcleo familiar cisheteropatriarcal colonial só pode então existir, assim como as normativas, se alguma pessoa em um lugar de poder, as nomeia e reconhece enquanto hegemônicas. Para se sustentar, a família tradicional colonial precisa estar em constante ataque, dessa forma, se aciona o Estado como meio de proteção, que vê na família a base social e responde, na maioria das vezes, através da reiteração de que a família considerada válida precisa ter homem, mulher e filho/a. Em outras palavras, se não há a repetição do ideário tradicional de família, essa família não existe.

Geni Núñez aponta que “(...) a aliança entre fundamentalismo religioso cristão e Estado é bastante profícua na tentativa de reiterar um modelo familiar engessado, cuja centralidade heterocisnormativa reforçaria o apagamento perverso dos arranjos dissidentes” (Geni Núñez Longhini, 2018, p.79). A autora ainda traz como exemplo os projetos de lei PL 2285/2007 e PL 6583/2013, que pretendiam construir um “Estatuto da Família” e colocar o homem e a mulher como elementos únicos e centrais para definir, aos olhos do Estado, o que é uma família.

Um Estado de base fundamentalista religiosa, participa da família na esfera pública apenas para dar borda nos tipos de união que serão legitimadas e protegidas, contudo, no que diz respeito à esfera das discussões sobre sexualidade e identidade de gênero, há defesa de que essa discussão pertence ao privado, cabendo então às famílias a responsabilidade por essas questões. Isso contribui para violência de gênero e sexualidade no ambiente intrafamiliar e impede que pessoas LGBTQIAP+ possam acessar políticas voltadas para a demandas específicas desta população.

Compreendo, a partir da discussão acima, que um único conceito sobre família não dá conta de abarcar todas as complexidades dos mais diversos formatos de família. É possível, por outro lado, concluir que a unidade família pode ser concebida como um conceito que está sujeito à mudanças a depender da leitura de tempo histórico, cultura e ideologia, segundo Lacilaura Costa e Rafael de Tilio (2020, p. 93). Eles destacam que “os modelos, formatos e dinâmicas considerados ideais de família estão relacionados aos interesses de grupos específicos em cada sociedade”. Em um contexto social regido pela cisheternormatividade, o modelo colonial sempre será lido como o modelo ideal e natural, que deve não apenas ser atingido, mas também valorizado e protegido. As discussões provocadas pelas organizações feministas, não-brancas e dissidentes de gênero, tensionam a dissolução deste ideal cisgênero,

monogâmico e heterossexual, o que, ao longo das últimas décadas, tem possibilitado o destaque para as transformações feitas na construção da família.

A lógica colonial e cisheteropatriarcal de família demanda que os seus membros vivam sob regras específicas e contribuam para a manutenção da ordem social, com o argumento de proporcionar o bem-estar e a proteção da infância e da família. Reproduzir essa lógica confere acessos e privilégios à família que obtém sucesso em garantir as normativas, e dá o status de “disfuncional” às famílias que estão na contramão da lógica hegemônica e que são apontadas como famílias que falharam com os seus membros. Contudo, a lógica cisheteronormativa não corresponde à realidade de pessoas LGBTQIAP+, que, por muitas vezes, precisam performar os papéis de gênero cisheteronormativos em espaços específicos, como, por exemplo, dentro do núcleo familiar, ainda que sejam assumidamente pessoas LGBTQIAP+.

1.2 DO IMPERATIVO DA CISHETERONORMATIVIDADE AO ARMÁRIO

A família, enquanto o primeiro local que as regras de gênero e sexualidade são instituídas e cobradas para que sejam reproduzidas dentro da ordem social, contribui para a perpetuação da estrutura cisheteronormativa dentro e fora do meio familiar. A cisheteronormatividade parte da lógica de que todos nós somos não apenas heterossexuais, mas também cisgêneros.

De acordo com Monique Wittig (2002) a sociedade toma como base estruturante a heterossexualidade, impedindo a criação de qualquer conceito para além de “mulher”, “homem”, “sexo” e “diferença” e para poder pensar e discutir as relações humanas, a autora conceitua essa ideologia como pensamento hetero. O pensamento hetero é um discurso sustentado pela sociedade de que toda leitura social, histórica e cultural de qualquer fenômeno é, necessariamente, atravessada pela heterossexualidade e toda sexualidade dissidente ocupa apenas a função de marcar a diferença, pontuando o que é hegemônico, o que é a norma e o que está na contramão e precisa ser reprimido e refreado. Como parte de uma sociedade regida pela heterossexualidade, a família não escapa deste discurso, contribuindo para a reprodução desse pensamento e vigilando para que nenhum de seus membros deixe de seguir as normativas.

Monique Wittig (2002) ainda pontua que a heterossexualidade não é natural, mas sim uma imposição social, o que ela entende como uma expressão compulsória, ou seja, há um

esforço social para destinar homens e mulheres para uma posição de desejo que só pode ser heterossexual, sempre pressupondo que desde a infância até a velhice, não há outra possibilidade de construção afetivo sexual. Leandro Colling e Gilmaro Nogueira (2014) destacam que, caso a heterossexualidade fosse natural, não haveria a necessidade da regulação através das normas e todo ser humano agiria como heterossexual. Tendo em vista a compulsoriedade não só da heterossexualidade mas como também da cisgeneridade, pessoas LGBTQIAP+ não se identificam e não se encontram dentro desses modelos, levando a necessidade de criar categorias para além das que são compreendidas pelo pensamento hetero para demarcar essas identidades e redefinir as discussões das relações humanas.

A imposição da heterossexualidade e da cisgeneridade acaba por resultar na necessidade de pessoas LGBTQIAP+ precisarem anunciar sua sexualidade e/ou identidade de gênero dissidente das normas, muitas vezes nos retirando o direito de escolher se queremos ou não fazer um anúncio de nossa sexualidade ou identidade de gênero, o que é privilégio das pessoas heterossexuais e cisgêneras. Esse anúncio é chamado comumente de “sair do armário”, ou *coming out*, e pode acontecer de forma voluntária, que é quando a pessoa escolhe anunciar para a sociedade sobre sua sexualidade e/ou identidade de gênero, ou de modo compulsório, quando a pessoa é “tirada do armário” e sua sexualidade e/ou identidade de gênero é revelada sem seu consentimento ou quando a pessoa é coagida a revelar essa informação. É importante destacar que sair do armário é um momento diferente da autodescoberta da própria sexualidade e/ou identidade de gênero, haja vista que esta segunda situação diz respeito a um momento individual e de percepção subjetiva.

Em “Epistemologia do Armário” da autora Eve Sedgwick (2007) aponta a reflexão que o armário acompanha a vivência da pessoa LGBTQIAP+ ao longo de toda a sua vida, pois, sempre haverá um novo espaço para revelar (ou não) a informação sobre orientação sexual e/ou identidade de gênero, seja num espaço de trabalho, num banco ou conhecendo uma pessoa nova. Por mais assumidamente LGBTQIAP+ que a pessoa seja, sempre haverá a necessidade de pensar na estratégia de contar ou não, tanto pelo imperativo da cisheteronormatividade que pressupõe uma orientação sexual e identidade de gênero únicas, tanto por segurança, por não saber o que a outra pessoa pensa sobre o assunto e evitar os mais diversos tipos de violência. Eve Sedgwick (2007) ainda pontua que ficar ou sair do armário, muitas vezes, é uma escolha deliberada do indivíduo a partir da situação que está vivendo ou de qual esfera da vida está lidando.

O *coming out*, para algumas pessoas, é marcado pelo início da repressão por parte da família, muitas vezes trazido como um “divisor de águas” na relação familiar e até como um evento traumático (Nathaliê Santos; Rita Freitas, 2019), tanto pela não aceitação familiar diante do comunicado, quanto pela saída do armário de maneira compulsória. Em uma família que não está disponível para acolher um membro LGBTQIAP+ ambas as situações provocam uma ruptura nas relações intrafamiliares e nas expectativas parentais, ocasionando situações de agressões físicas e psicológicas, como o silenciamento sobre as questões da vida pessoal e afetiva, a proibição do contato com pessoas ou núcleos sociais, e até mesmo submissão a situações vexatórias. Gerando impactos significativos na qualidade de vida, nos processos subjetivos e psíquicos desses indivíduos, como por exemplo, depressão, ansiedade, pânico, dentre outros.

Para muitas pessoas LGBTQIAP+, sair do armário é passar a viver violências que antes não aconteciam por parte daqueles agregados familiares, além das agressões físicas e psicológicas, há também a violência patrimonial, que acontecem quando a família destrói ou confisca bens e objetos pessoais, bem como quando os familiares cortam o acesso aos recursos econômicos do núcleo, dificultando na alimentação, lazer, educação, entre outros. O uso da violência em pessoas dissidentes é o que viabiliza a cisheterossexualidade como estrutura inabalável (Leandro Colling; Gilmaro Nogueira, 2014).

Em um contexto familiar cisheteropatriarcal, a existência de uma pessoa LGBTQIAP+ na família, representa para esta estrutura uma ameaça não apenas à normativa social, mas também ao gozo dos privilégios. Dessa forma, para continuar dentro da estrutura cisheteronormativa a família passa a reprimir os membros dissidentes, seja retirando esses membros do núcleo familiar ou tentando apagar as expressões e vivências. Essa repreensão é nomeada de LGBTQIAPfobia, que é compreendida como atos de violências e de manifestação de ódio contra pessoas da comunidade LGBTQIAP+, podendo acontecer direcionada à comunidade ou a um indivíduo de modo a enquadrá-las às normas cisheteronormativas. Esses atos são em decorrência do heterossexismo, que pode ser entendido como práticas de invisibilização de pessoas não-heterossexuais, sendo a violência a via de visibilidade desses atos (Jaqueline Gomes de Jesus, 2013)

A LGBTQIAPfobia acontece principalmente através de violências físicas e psicológicas e, em alguns casos, violência patrimonial ou morte. Para José Campos (2021, p. 420) “(...) a rejeição familiar tem se mostrado como fator agravante à saúde mental, desencadeando futuramente uma depressão ou riscos de suicídio”, é realidade para muitas

pessoas LGBTQIAP+ escutar de familiares algo como “prefiro um filho morto a um filho gay” e, infelizmente, a morte acaba atingindo algumas dessas pessoas. De acordo com o relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB, 2022) no ano de 2021 foram registrados 300 casos de mortes violentas da população LGBTQIA+ e, desses 300, cerca de 24 casos foram registrados como suicídio.

É importante contextualizar que esses dados foram em contexto da pandemia do COVID-19 e muitas pessoas estavam em isolamento social com a família, vivendo em uma estrutura heteronormativa, muitas vezes sendo obrigadas a performar cisheteronormatividade enquanto uma estratégia de sobrevivência para não passar por violências. De acordo com Luiz Moura, Heliandra Aragão e André Rocha, et. al (2022):

A violência intradomiciliar perpetua um dos agravantes principais a saúde mental desse público no contexto pandêmico, e tem como resultado diversos transtornos sociais relacionados a violência psíquica, (...) sendo propício aos desenvolvimentos de sinais e sintomas ligados a depressão e ansiedade. (p.7)

Além disso, as violências também geram stress social nesses indivíduos que pode contribuir para o uso abusivo de substância psicoativa, problemas para dormir e dificuldade na construção da autoconfiança e autoestima, afastando cada vez mais a possibilidade de uma qualidade de vida adequada.

Ainda para os autores citados acima (2022, p.7) “essas situações fazem alusão de que a vítima seja a culpada de todo o processo transgressor que ocorre”, além de contribuir para a ideia de que a família, por amar incondicionalmente seus membros, faz tudo para garantir o cuidado e segurança de seus agregados, dessa forma, tomadas pelo sentimento de culpa, muitas pessoas da comunidade LGBTQIAP+ podem se ver na obrigação de continuar amando compulsoriamente os familiares que as agridem.

Estar em um ambiente familiar acolhedor reduz significativamente as taxas de suicídio, as psicopatologias e demais consequências da saúde mental dos indivíduos, porém compreendo que ainda não estamos no lugar que gostaríamos de estar quando pensamos nas relações intrafamiliares afetivas e pessoas LGBTQIAP+. Dessa forma, é importante pensar nas estratégias de enfrentamento às opressões sofridas por essa população. Ao enfrentar toda a negativa de afeto, rejeição e exclusão por parte do núcleo familiar primário, a pessoa LGBTQIAP+ precisa ressignificar o que é compreendido pela família, afinal, a estrutura cisheteropatriacal não corresponde à nossa realidade. Dessa forma construir famílias a partir da lógica afetiva e da escolha do amor passa a ser uma forma de enfrentamento às violências,

criando espaços sociais e físicos que proporcionem vivências afetivas por uma lógica que é nossa.

A LGBTQIAPfobia ocorre não apenas na sociedade e nos espaços sociais, como escolas, trabalho, entre outros, mas também dentro do espaço familiar, muitas vezes esse espaço sendo o primeiro lugar de perpetuação das violências. Apesar da LGBTQIAPfobia resultar, em alguns casos, na saída compulsória de casa e no corte das relações intrafamiliares, é comum também a permanência da pessoa LGBTQIAP+ na casa e na estrutura da família. De acordo com Juliana Perucchi, Brune Brandão, Hortênsia Vieira (2014):

A família, quando não toma uma postura violenta na tentativa de reprimir a expressão das vivências homoeróticas dos(as) jovens, muitas vezes se utiliza de uma forma de silêncio, de invisibilidade das práticas. Mais que isso, a questão de "fingir não ver" mostra-se como uma maneira que os pais e os familiares se utilizam para evitar o tema, na tentativa que as práticas desviantes fossem de algum modo caladas ou, ao menos, contidas (p. 72).

Sendo silenciosos, esses modos de violência facilitam uma coerção para o cumprimento das normativas cisheterossexuais pelos membros LGBTQIAP+ assumidos e seus familiares. Para Geni Núñez Longhini (2018) essas violências silenciosas funcionam como acordos coletivos em reprovar demonstrações de afeto ou proibir a circulação de pessoas importantes do convívio dentro do espaço da casa.

A informação sobre a orientação sexual e/ou identidade de gênero de uma pessoa LGBTQIAP+ ocupa, quase sempre, o status de grande segredo, tanto para a própria pessoa, quanto na esfera das relações interpessoais. Ricardo Franco e Maíra Sei (2019) conceituam o segredo familiar como organizações de grupos ou subgrupos que se mobilizam em conjunto para esconder informações sobre uma situação traumática ou vergonhosa, que não pode circular livremente tanto no espaço familiar quanto fora dele. Eve Sedgwick (2007) levanta o ponto que quando uma pessoa sai do armário, ela leva com ela para dentro do armário todas as pessoas ao redor, que vão precisar decidir se revelam ou não esse segredo e se irão continuar ou não participando do círculo social da pessoa LGBTQIAP+. Escolher permanecer ao lado de uma pessoa que assumiu publicamente sua identidade de gênero e/ou orientação sexual é assumir também que ser LGBTQIAP+ não é um problema, ou seja, é sair também de um armário.

A autora apresenta algumas situações para essa questão, como por exemplo, pais que frequentam comunidades conservadoras, podem se sentir “presos” à um armário nessa comunidade e encarar a saída como um prejuízo para eles; ou a situação de um pai

heterossexual que ao aceitar um filho gay teme por ter sua masculinidade colocada em risco (Eve Sedgwick, 2007). Dessa forma, o segredo familiar sobre uma pessoa LGBTQIAP+ pode circular tanto dentro do próprio espaço familiar, evitando que alguns membros possam saber sobre essa informação, quanto fora, quando as pessoas daquele grupo pactuam coletivamente a omissão dessa informação. Na maioria das vezes, esses segredos familiares só acolhem as demandas emocionais de um dos lados desse segredo, proporcionando ao outro lado um ambiente que não é acolhedor a essa informação (Ricardo Franco; Máira Se, 2019), no caso de pessoas LGTBQIAP+, o segredo serve para que os membros da família possam manter os privilégios de apresentar um núcleo que segue com as normativas da cisheterossexualidade.

Se assumir como uma pessoa que é LGBTQIAP+ pode ser encarado como um ato que vai por duas vias: de um lado, há um movimento de repressão por parte do social que diz que é necessário esconder essa informação; do outro lado há a repressão por demandar que não se revele mais do que já foi revelado, já que é um assunto que deveria permanecer privado (Eve Sedgwick, 2007; Leandro de Oliveira; Thiago Barreto, 2019). Sendo assim, para famílias de pessoas LGBTQIAP+ revelar a orientação sexual e/ou identidade de gênero pode ser encarado como uma afronta, levando a situações de conflitos dentro daquele núcleo e fazendo com que o silêncio seja o pagamento por uma suposta harmonia (Leandro de Oliveira; Thiago Barreto, 2019).

1.3 PERFORMANCE E PERFORMATIVIDADE: CORPOS QUE BORRAM BORDAS

Por ser o espaço primário no qual passamos a maior parte do tempo dos anos iniciais de nossas vidas, a família fica incumbida de repassar como devem ser performadas as normativas de gênero no meio social. Berenice Bento (2013) destaca em seu artigo sobre famílias dissidentes que, logo ao nascer, já nos deparamos com uma estrutura complexa de normativas bem definidas e divisões binárias de funções para seguir e interiorizar a partir dos limites permitidos para o gênero que nos foi designado. Essa estrutura complexa é apresentada, em primeiro momento, pela família, que vai socializar uma criança como um garoto ou garota e abrir espaço para a exposição compulsória à heterossexualidade.

Em “Problemas de Gênero” (2003), Judith Butler utiliza da teoria dos atos de fala do linguista John Langshaw Austin, que idealiza a linguagem enquanto uma ação que cria algo a partir do que é enunciado, para poder articular o que ela propõe como atos performativos. Os

atos performativos seriam as palavras que, quando enunciadas em certos contextos, têm o poder de criar e reforçar as normas de gênero. A autora utiliza como exemplo a fala do juiz em um casamento ao declarar os noivos como “marido e mulher” (Judith Butler, 2003). Naquele instante, destina-se àqueles recém-casados as normativas esperadas para o papel que o homem deve cumprir naquela nova família, como prover os recursos financeiros e o papel que a mulher deve desempenhar, como o cuidado da casa e filhos.

Ao enunciar que um corpo é de “menina” ou de “menino”, a sociedade cria ali uma identidade de gênero feminina/masculina que já está pré-definida. Em outras palavras, para Butler, a identidade de gênero é uma criação, mas não uma criação individual, mas uma construção social que determina o que está dentro do enunciado de determinado gênero. Tal qual o gênero, o sexo também é uma criação do social, do cultural (Judith Butler, 2000:2003) e que convencionou o que pode ser lido como uma vagina e um pênis. Se o gênero, que é a materialização do sexo no corpo, é uma construção social, o corpo não escapa dessa construção, pois, ainda que seja considerado como o aspecto “natural do gênero”, essa definição é e sempre foi mutável ao longo da história da humanidade, buscando construir um conceito que pudesse atender aos interesses de perspectivas hegemônicas sobre gênero. Dessa forma, ao enunciar “é uma menina” ou “é um menino”, naquele momento não está criando a figura de um menino ou menina, mas o ato de enunciar torna aquele corpo pertencente a um gênero masculino ou feminino, logo, com comportamentos e expressões organizadas para a socialização desse gênero.

Em “Corpos que Importam” (2019, p.21), Judith Butler define que “performatividade é um ato de poder reiterado do discurso o qual produz efeitos que o mesmo nomeia”, não devendo ser compreendido enquanto um ato singular ou deliberado, muito menos teatral. A performatividade é a repetição da norma cisheterossexual, utilizada enquanto um instrumento regulatório que determina quais corpos podem ser considerados enquanto corpos válidos e quais corpos não são considerados sequer como humanos. É uma lógica de funcionamento social que é executada e inscrita em nossos corpos antes mesmo de existirmos fora do útero e reiterada através da citacionalidade quando sequer compreendemos a linguagem. De acordo com Thamy Ayouch (2018, p.27) “o gênero precede, fabrica e define os sexos de um modo performativo: ser mulher ou ser homem consiste em retomar gestos, atos, discursos, desejos, atitudes, e repeti-los, criando assim, pela reiteração, a ilusão de um modelo anterior à repetição”.

Um outro ponto trazido por Butler (2019) acerca da performatividade de gênero e dos atos performativos é que, mesmo sendo dissidentes, há um movimento por parte das normas hegemônicas de colocar dentro de uma lógica cisheterossexual as pessoas LGBTQIAP+, como uma forma de “aceitação social” em troca do enquadramento dentro dessas normas. É possível enxergar os efeitos das normas de performatividades de gênero em corpos dissidentes quando há uma exigência social que casais homoafetivos incorporem práticas heterossexuais nas relações, como por exemplo, determinando papéis de gênero considerado “feminino” e “masculino” nessas relações; ou quando pessoas trans são também exigidas que materializem em seus corpos seus respectivos gêneros através de modificações corporais e estéticas enquanto uma obrigação para assemelhar de um ideal cisgênero de feminilidade e masculinidade e então serem reconhecidas e respeitadas no gênero reivindicado.

Quando relacionamos a teoria de Butler com o papel determinante da família para a reprodução desses atos performativos é possível perceber em algumas práticas, como o “chá revelação”, que, antes de seu nascimento, a família patriarcal já determina tudo que será direcionado e introduzido àquele membro na expectativa da garantia da adequação às regras.

Esse mecanismo vai se fortalecendo à medida que os membros vão sendo cada vez mais inseridos na sociedade, como o direcionamento a determinadas tarefas, brinquedos e espaços para o gênero feminino ou masculino. Os diversos movimentos de mulheres, de raças e pessoas LGBTQIAP+ tiveram importante lugar na luta para a ocupação de espaços que foram renegados, bem como na construção de espaços que não compactuam com a lógica da normativa patriarcal, o que contribui para a transformação das estruturas familiares, bem como das expectativas sociais e dos papéis de gênero.

Nós, pessoas LGBTQIAP+, estamos constantemente desafiando não só a lógica das normativas de gênero, mas também a ideia de que o corpo, o sexo, é um elemento neutro. Para Arianne Senna e Maiane Sauer (2016, p.148)

o binarismo não consegue dar conta de tamanha inconstância de variantes formas de sexualidades, pois a sociedade é mutável, as pessoas são mutáveis e isso reverbera em uma impossibilidade de controle dos corpos.

A ideia de sexo biológico é atravessada por marcadores androcêntricos por quem esteve num lugar hegemônico da ciência e teve o privilégio de dizer que um sistema reprodutor com ovários e vagina é um corpo de mulher e um sistema reprodutor com pênis e testículos é um corpo de homem. Quando transversalizamos a discussão sobre gênero, podemos falar de nossos corpos e vivências a partir da nossa própria voz. Além disso, temos reconstruído também as noções de família, quando homens trans engravidam e ressignificam

a ideia de paternidade e cuidado, e defendem que gerar uma criança não é algo masculino ou feminino, mas sim humano, ou até mesmo quando um casal LGBTQIAP+ não deseja gerar ou adotar filhos, rompendo com a estrutura de família tradicional colonial. Discussão apontada inclusive por Butler (2016) no texto “O parentesco é sempre tido como heterossexual?”, onde a autora traz a reflexão de que a escolha da parentalidade, mesmo em famílias não cisgêneras e heterossexuais, é atravessada, ao menos socialmente, pela expectativa heterossexual dos papéis de pai e mãe.

Sabemos que, apesar da hegemonia normativa, a estrutura familiar nuclear cisheteropatriarcal não condiz com a realidade de muitas vivências, haja vista que, há diversos formatos de estruturação familiar, como famílias monoparentais, famílias de casais LGBTQIAP+, pessoas que moram sozinhas e até mesmo famílias construídas por pessoas sem laços sanguíneos, mas por vínculos afetivos. Ou seja, essa instituição está sendo renovada e reconstruída a partir dessas novas possibilidades e das lutas, contudo, como expressado no início do texto, a maioria de nós, em primeira instância, somos socializados com o modelo cisheteropatriarcal e colonial.

Para os pesquisadores Leandro Colling, Murilo Arruda e Murillo Nonato (2019), há diversidade nas expressões de transgeneridade e cisgeneridade, haja vista que as normativas de gênero são sempre mutáveis, logo as expressões desses corpos estarão em constante mudanças. Os autores apontam que há vivências que borram os limites reiteradamente definidos por Butler entre os conceitos de performance e performatividade, como é o exemplo de gays afeminadas, que ora performam com expressões de gênero masculinizadas e ora performam com feminilidade, o que é conceituado por eles como “perfechatividade”.

Compreendo que borrar as fronteiras demarcadas por Butler para esses os conceitos de performace e performatividade não é algo exclusivo da vivência das bichas afeminadas, mas algo que corresponde à realidade muitas pessoas LGTBQIAP+. A fluidez dessas performances é marcada pela situacionalidade, ou seja, certas performances são assumidas por motivos de segurança, normas familiares e/ou do espaço de trabalho, enquanto outras por motivos de lazer, pertencimento, comunidade.

1.4 OS LIMITES DAS EXPRESSÕES DISSIDENTES NA FAMÍLIA

Uma vez que acontece a “saída do armário”, seja consensual ou compulsória, de um membro da família, a figura de poder patriarcal assume a decisão de ou optar pela

permanência desse membro no núcleo familiar e na habitação ou retirar esse membro de núcleo e o expulsar da casa. Em algumas situações familiares é possível ocorrer expulsão da casa e do círculo familiar diante da notícia, porém, quando há a permanência na casa pode acontecer que aquela família nuclear opte pela exclusão da pessoa LGBTQIAP+ e/ou passe a negar afeto e a inclusão nas dinâmicas da família. Ambas as situações são marcadas pela violência, enquanto uma corresponde a submeter uma pessoa a uma situação de vulnerabilidade social, a segunda diz respeito a uma dimensão das nossas demandas que precisam ser acolhidas e compreendidas com carinho e afeto, haja vista que somos seres sociáveis e a esfera afetiva ocupa um espaço significativo em nossas demandas.

Diante de todo o movimento da estrutura cisheteropatriarcal que direciona para uma orientação sexual exclusivamente heterossexual, bem como a correspondência de gênero cisgênera, para uma pessoa, que não se encontra dentro dessas narrativas, compreender e se encontrar dentro das possibilidades das identidades de gênero e sexualidade é um momento da experiência LGBTQIAP+ de acolhimento e celebração da própria subjetividade. A possibilidade de compreender que os desejos, os sentimentos não estão acontecendo apenas com você é uma sensação única, porém, de acordo com Nathaliê Santos e Rita Freitas (2019) esse momento pode ser atravessado pelas questões sociais e religiosas daquele núcleo familiar que podem levar a uma tentativa de repressão interna da aceitação da sua identidade de gênero e/ou orientação sexual. Por conseguinte, a compreensão da sua identidade enquanto alguém LGBTQIAP+ diante de um contexto de repressão que resulta numa LGBTQIAPfobia internalizada, é possível que haja o sentimento de culpa e inadequação associado à saída do armário, aquele indivíduo passa então a se colocar enquanto a pessoa que rompeu com a felicidade proporcionada pela normatividade àquela família.

Ainda dentro da dimensão das violências simbólicas, a religião é um importante componente nessas situações, haja vista que a estrutura patriarcal cisheterossexual é também uma estrutura cristã. Na maioria dos casos, quando a família pratica alguma religião de matriz cristã é utilizado dessa ideologia religiosa como uma tentativa de justificar a não aceitação da orientação sexual e/ou identidade de gênero e, muitas vezes, algumas igrejas oferecem “práticas de correção”, submetendo pessoas LGBTQIA+ a situações de violência, humilhação e sofrimento. Para Luiz Moura, Heliandra Aragão e André Rocha, et. al (2022, p.7) “essas situações fazem alusão de que a vítima seja a culpada de todo o processo transgressor que ocorre”, além de contribuir para a ideia de que a família, por amar incondicionalmente seus membros, faz tudo para garantir o cuidado e segurança de seus agregados, dessa forma,

tomadas pelo sentimento de culpa, muitas pessoas da comunidade LGBTQIA+ pode se ver na obrigação de continuar amando os familiares que a agridem.

Muitas vezes a permanência na casa e nas dinâmicas afetivas são negociadas, de modo que a condição para continuar no núcleo é reprimir a identidade ou a expressão da sexualidade. Nem sempre apenas o afeto é o que está condicionado para a pessoa LGBTQIAP+. Leandro de Oliveira e Thiago Barreto (2019) destacam que a dependência financeira dos genitores para acessar saúde, educação e lazer pode coagir esses membros dessa família pactuarem com o silêncio sobre sua identidade de gênero e/ou orientação sexual. A família passa a ignorar uma parte significativa da subjetividade da pessoa LGBTQIAP+, fingindo que a informação nunca foi revelada e exigindo uma expressão comportamental que corresponda a uma dinâmica normativa, como por exemplo, demandar que homens gays não tenham comportamentos afeminados ou até mesmo proibir que companheiros possam frequentar o espaço familiar.

Não é necessário existir uma pessoa LGBTQIAP+ assumida num meio familiar para que ocorra uma discussão sobre o tópico, é comum que surjam comentário acerca do imaginário cisheterossexual sobre as relações sexuais, os estereótipos ou representações em mídia de pessoas da comunidade, levantando pontos pejorativos e discriminatórios. Podemos compreender que esse é um mecanismo de fazer com que os membros encarem as subjetividades LGBTQIAP+ como marginais, criminosas e patologizadas, impedindo que algum membro coloque em risco os privilégios sociais e “saia do armário”. Esse mecanismo também é uma forma de apagamento e silenciamento dessas vivências, uma vez que não há espaço para o diálogo sobre sexualidade e identidade de gênero que não a cisheterossexualidade; não há também um espaço para falar de dúvidas e questionamentos que surgem nos momentos de descoberta sobre as identidades e vivências sexuais.

Nas expectativas do imaginário social acerca do papel da família há a ideia do amor e acolhimento incondicional aos seus membros, entende-se que ali será oferecido um espaço seguro para a construção de uma rede de apoio, porém, essa nem sempre é a realidade de pessoas LGTBQIAP+. Para além de vivenciar primariamente os atos discriminatórios de violência nós vivenciamos também a LGTBQIAPfobia nos espaços públicos, como no trabalho, na rua, no ambiente escolar ou faculdade ou nos espaços de cuidado de saúde e assistência, nesses momentos a família nem sempre vai ser o espaço seguro para acolher as dores desencadeadas por essa violência, muitas vezes tornando esse processo silencioso.

Quando o membro LGBTQIAP+, agora assumido, pode permanecer na casa após a saída do armário (na qual o imperativo cisheterossexual é dominante) é negociada também a permanência nas dinâmicas daquele núcleo familiar. Sabendo que o papel da estrutura familiar cisheteropatriarcal é reiterar as normas, esse membro terá que corresponder, em alguma instância, a essas normas, ou seja, terá que assumir um pacto performativo para performar esses papéis. Minha articulação aqui parte do que inicialmente chamo de “pactos performativos” que são negociações, explícitas ou implícitas, impostas para pessoas LGBTQIAP+ para que correspondam às cisheteronormatividades. Leandro Colling, Murilo Arruda e Murillo Nonato (2019) propõem “perfechatividade” como um conceito que dialoga diretamente com os sujeitos protagonistas de suas pesquisas, que são as bichas afeminadas. A fechação corresponde à uma expressão demarcada para este grupo, fazendo sentido no dialeto desta cultura em específico. Escolho conceituar como “pactos performativos” para avançar nos aspectos das discussões levantadas pelos autores, contudo, ampliando para outras expressões e identidades de gênero que compõem a sigla.

Nesta dissertação eu optei por delimitar a discussão sobre “pactos performativos” apenas entre a família nuclear primária e as pessoas LGBTQIAP+ assumidas. Dessa forma, entendo que para que pessoas LGBTQIAP+ continuem fazendo parte de determinados núcleos familiares e tendo acesso às dinâmicas de afetos e rituais cotidianos, é preciso, ao menos no espaço familiar, abandonar qualquer narrativa ou expressão de gênero e/ou sexualidade dissidentes das narrativas hegemônicas de cisheterossexualidade. Compreendo também os “pactos performativos” como estratégia de enfrentamento e sobrevivência à LGBTQIAPfobia, pois, para além do afeto, é preciso também descobrir como continuar existindo e vivendo em um espaço enquanto a autonomia não é uma realidade possível.

É necessário salientar que há diversos fatores a serem considerados ao analisar as situações de negociações, haja vista que, as vivências LGBTQIAP+ não podem ser estudadas sem considerar os marcadores de classe, raça, geração, etc. Essa perspectiva dialoga com o posicionamento interseccional proposto pela teórica Kimberlé Crenshaw (2002) ao destacar que a sobreposição das trajetórias cria direcionamentos para uma análise entre opressões, principalmente as de raça e gênero.

Ainda de acordo com Kimberlé Crenshaw (2002) fazer o processo de análise de como as pessoas LGBTQIAP+ vivenciam as violências deve necessariamente ser realizado a partir da inserção do contexto de todas as atividades relativas aos direitos humanos, ou seja, os atravessamentos dos diferentes marcadores sociais são determinantes em como essas

violências impactam a dimensão subjetiva. Dessa forma compreende-se que há situações em que o núcleo familiar que provém moradia, alimentação, ajuda financeira, por exemplo, e há situações que é o núcleo familiar que provém afeto, agregação, pertencimento e demais aspectos no campo afetivo. Minha escolha dentro desses fatores é definir os limites da minha pesquisa ao campo subjetivo das dinâmicas e relações familiares com pessoas LGBTQIA+, e, por tratar de uma pesquisa autoetnográfica, o contexto e marcadores sociais que me atravessam vão também atravessar a perspectiva que adoto neste trabalho.

CAPÍTULO 2 - NOTAS METODOLÓGICAS

A pesquisa é um estudo narrativo, qualitativo e de caráter exploratório, fundamentada em uma epistemologia e uma metodologia feministas, haja vista que, por muito tempo os estudos em ciências sociais foram limitados em sua compreensão a partir de uma leitura androcêntrica da realidade que não condizia com o que era pautado pelas vozes silenciadas na época e que produziam ciência e conhecimento (mulheres, pessoas pretas, LGBTQIAP+). De acordo com Sandra Harding (1998) as pesquisas feministas não partem da mesma lógica de perguntas que os homens partem, pois, para a autora, para definir o que é um problema para um grupo é preciso que o grupo que sofre com a opressão o defina como tal. Enquanto sujeito de pesquisa, atravesso as minhas vivências com as teorias para definir meus problemas de pesquisa.

Por ser uma pesquisa atravessada pelas minhas reflexões e vivências pessoais, principalmente enquanto pessoa LGBTQIAP+ e enquanto uma profissional de Psicologia que é circulada pela temática no cotidiano de trabalho, eu opto pela construção de uma dissertação com pelo método da autoetnografia. Defendo a construção dessa metodologia para minha dissertação pelo ponto de vista de que falar sobre si, enquanto sujeito inserido em diversos marcadores, é pensar e construir novos atravessamentos e saberes para os campos teóricos que me proponho a dialogar.

Neste tópico, apresento o meu encontro com a autoetnografia, em seguida, trago autoras para dialogar acerca do conceito e aplicações da autoetnografia, e defendo a importância política do seu uso enquanto um importante método de pesquisa para o campo dos estudos de gênero; finalizo o capítulo com detalhes sobre os recursos utilizados para construção dos dados e o método de análise.

2.1. O CAMINHO PARA A AUTOETNOGRAFIA

Para compreender como a autoetnografia veio até meu encontro e as motivações para eu ter optado por esse método, é importante também trazer alguns importantes marcos da minha trajetória acadêmica. Entrei na graduação em Psicologia no ano de 2015, porém, foi apenas em 2017 que me aproximei dos grupos de pesquisa e estudos e me propus estudar filosofia, psicanálise e cultura. Ainda que eu já tivesse feito parte de uma liga acadêmica sobre psicologia e relações raciais e projetos de extensão voltados para arte e subjetividade,

foi através da participação em grupo de pesquisa que vislumbrei a nova possibilidade de me dedicar na minha área profissional, para além da tradicional clínica. Tive amparo e bastante incentivo das minhas professoras para seguir nessa área e então busquei uma iniciação científica. Em paralelo, também iniciei um estágio em pesquisa em psicologia no Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) no Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03).

Ao iniciar a minha carreira como pesquisadora não demorei a compreender que meu interesse de pesquisa estava nos estudos de gênero e sexualidades. Meu primeiro contato com pesquisa foi escrevendo sobre violência sexual contra mulheres e, em seguida, iniciei também estudos sobre o consumo de pornografia de mulheres. Em nenhuma dessas pesquisas me senti autorizada a falar de mim ou de minhas motivações pessoais para escrever, pois o que eu entendia como o fazer da pesquisa partia de uma compreensão rígida e inflexível sobre meu lugar como pesquisadora que poderia se posicionar, porém não poderia aparecer, ou seja, escrever na terceira pessoa e não se colocar no texto de maneira tão direta.

A instituição de ensino que fiz minha graduação, mais precisamente a minha orientadora de graduação, contribuiu para que eu construísse um pensamento crítico e rejeitasse a ideia de uma psicologia neutra, o que me permitiu me posicionar em diversos momentos dos textos, contudo, não me coloquei ali, enquanto alguém atravessada por aquelas temáticas.

A autora Margareth Rago (1998) destaca em seu texto “Epistemologia Feminista, Gênero e História” que, por muito tempo, o que era valorizado nas pesquisas era o caráter neutro e o objetivo que elas poderiam apresentar, sendo construído assim uma ideia de veracidade a partir desses valores. Para Sandra Harding (1998):

Epistemologias tradicionais excluem sistematicamente a possibilidade de as mulheres serem sujeitos ou agentes do conhecimento, que a voz da ciência é masculina e que a história foi escrita do ponto de vista dos homens de classe ou raça dominante. (p.14) (tradução minha)

A pesquisa feminista denuncia justamente as relações de poder nos espaços acadêmicos e como esses ideais de pesquisa são carregados de perspectivas sexistas, pois, só é possível defender a neutralidade quem está num lugar de ponto de referência hegemônico, o que é o caso do homem cis hetero branco colonizador. O lugar da “neutralidade” na pesquisa não apenas é um espaço que os homens reivindicam como referência, mas também é um lugar que diz qual pesquisa é válida e satisfatória e qual pesquisa não é válida e não pode ser considerada como teoria.

Quando decidi seguir a minha carreira acadêmica e quis fazer um mestrado, optei pelo PPGNEIM - Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Universidade Federal da Bahia, porque entendi que aqui poderia entrar em contato com temáticas que outros programas não poderiam me proporcionar. Fui aprovada para a turma de 2020 com o projeto intitulado “A Influência da Pornografia na Construção da Noção de Corpo e Sexualidade de Mulheres Negras” com o objetivo de compreender a relação entre consumo de pornografia e construção da noção de corpo e sexualidade de mulheres negras. Em meio a um contexto de pandemia, isolamento social e aulas *online*, o meu primeiro ano de mestrado fugiu por completo das minhas expectativas. Foi também no primeiro ano do mestrado que saí da casa dos meus pais para morar sozinha pela primeira vez na vida, um movimento arriscado, considerando que a mudança aconteceu enquanto a COVID-19 representava algo desconhecido e sem respostas.

Interrompi o mestrado em 2021, por conta de uma lesão na mão que resultou numa cirurgia e só pude retomar os estudos em 2022. Ficar distante da minha pesquisa ao longo deste período fez com que eu perdesse as minhas motivações pessoais para continuar com o meu projeto inicial, porém, decidi que poderia ser muito proveitoso frequentar as disciplinas mesmo me sentindo perdida. Poder ocupar os espaços da Universidade, ter contato com a minha nova turma de mestrado e as professoras me proporcionou mudar a minha relação com o mestrado e foi aí que pude encontrar meu novo problema de pesquisa e, conseqüentemente, encontrar a autoetnografia.

Acredito que estar com um projeto bem definido acaba enviesando nossa experiência com as disciplinas e os textos da pós-graduação, nos levando a tomar decisões que vão auxiliar na construção das revisões teóricas e das metodologias escolhidas. No meu caso, não ter um projeto definido me permitiu explorar os textos e temáticas e, aos poucos, fui chegando aos meus interesses de pesquisa atuais, contudo, minha maior questão foi compreender qual método de construção de dados faria mais sentido para o que eu estava me propondo a fazer.

Estudar metodologias feministas me deslocou de um lugar rígido sobre a minha perspectiva de fazer pesquisa para um lugar que me permitiu ter um olhar sensível sobre as minhas próprias narrativas. O fazer pesquisa por uma ótica feminista possibilita que sejam feitas perguntas que homens cis heterossexuais e brancos não se interessariam em fazer, além de apontar problemáticas que, de acordo com Sandra Harding (1998), contribuem para a construção de um indicativo da realidade vivenciada por nós, de modo a construir teorias que

possam responder às perguntas feitas.

A pesquisa feminista também apresenta a quebra da ideia de um homem e uma mulher universais. Para Sandra Harding (1998) as categorias de gênero são “sempre categorias que são produzidas e aplicadas dentro de uma determinada classe, raça e cultura” que são atravessadas por marcadores sociais específicos de cada indivíduo. Essa perspectiva de quebra da ideia universal de uma identidade “homem” e uma identidade “mulher” é bem fundamentada por Kimberlé Crenshaw (2002, p. 177), quando a autora define interseccionalidade como “uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”, ou seja, quando pensamos nas discriminações, é preciso levar em consideração os diferentes eixos de poder que se sobrepõem num processo de opressão das minorias. Sendo assim, o resultado das pesquisas feministas não é fatalista ao apresentar uma experiência única como uma leitura generalizada (Sandra Harding, 1998), mas sim como experiências subjetivas e políticas atravessadas por todos os eixos de marcadores sociais.

A autoetnografia surge para mim justamente no contato com os textos de autoras feministas e autoras *queers/cuir*s que utilizaram de suas experiências pessoais como um lugar de reflexão para a escrita acadêmica. Essas referências são corpos que nunca estiveram em um lugar de universal ou como “ponto de referência”, porém, é ao colocar em evidência as sobreposições dos marcadores sociais que foi se tornando possível para esses corpos construir novas teorias. O método autoetnográfico, por proporcionar a ampliação das leituras de mundo, possibilita a compreensão sobre quem nós somos enquanto pessoas pesquisadoras e como nossos marcadores vão influenciar na escolha do que estudamos e na leitura e interpretação dessas pesquisas. (Carolyn Ellis; Tony Adams; Arthur Bochner, 2010)

Ao longo desse processo de reencontrar o que eu gostaria de pesquisar e de descobrir novas metodologias, me dei conta que os meus interesses de pesquisas estavam caminhando para os estudos sobre família e pessoas LGBTQIAP+. Esse deslocamento se movimentou tanto a partir da minha vida pessoal, mas como também profissional, pois, desde o meu início na clínica em Psicologia as dinâmicas das relações intrafamiliares são tópicos recorrentes, contudo, foi a partir dos estudos sobre teoria *queer* que entendi como dar nome para as questões que surgiam nos casos. Em paralelo, por conta do meu processo de entender a minha identidade de gênero e conseqüentemente me reconhecer mais como uma mulher cis, entendi que eu não me via mais dentro da minha proposta inicial de dissertação já que eu seria inevitavelmente atravessada pela minha pesquisa.

Inicialmente optei por fazer entrevistas semi-estruturadas, porém, após amadurecer partes do meu projeto e me aproximar cada vez mais das narrativas biográficas que encontrava nas autoras que lia, fiz a escolha metodológica nessa pesquisa pela autoetnografia. Compreendi que não gostaria de me distanciar das minhas vivências como pessoa que faz parte da comunidade LGBTQIAP+ para poder pesquisar um tema no qual sou atravessa em diversos âmbitos. Esse incômodo também é apontado por Viviane Vergueiro (2015) em sua dissertação autoetnográfica, quando a autora argumenta que os estereótipos relacionados às pessoas da comunidade LGBTQIAP+ excluem a possibilidade de existência como acadêmica, haja vista que o lugar ocupado era sempre o de objeto de pesquisa e não de pesquisadora. Além disso, acredito que a pesquisa autoetnográfica viabiliza colaborações para as teorias de gênero através de críticas incisivas aos problemas que levanto.

Carolyn Ellis, Tony Adams e Arthur Bochner (2010, p. 1), autores referências sobre o método autoetnográfico, definem a autoetnografia como “(...) uma abordagem de pesquisa e escrita que busca descrever e analisar sistematicamente (grafia) a experiência pessoal (auto) a fim de compreender a experiência cultural (etno)” (tradução minha). De acordo com Silvio Santos (2017, p. 219) a autoetnografia é caracterizada como “o reconhecimento e a inclusão da experiência do sujeito pesquisador tanto na definição do que será pesquisado quanto no desenvolvimento da pesquisa”. A abordagem de pesquisa possibilita a conexão das experiências culturais com as experiências pessoais para que as pessoas pesquisadoras possam construir conhecimento a partir da própria reflexão sobre suas existências.

O “auto” representa as reflexões de pesquisa a partir das experiências pessoais significativas, a partir de registros pessoais, como diários, fotografias, objetos etc. que evoquem as epifanias referentes ao tema pesquisado (Tony Adams; Stacy Jones; Carolyn Ellis; 2022). Ao mesmo tempo que há um movimento de introspecção ao olhar para si, há também a externalização dessas reflexões para serem analisadas a partir do contexto e dos marcadores da pessoa pesquisadora.

O “etno” diz respeito às práticas de cultura de um determinado espaço, a autoetnografia torna-se possível uma vez que a pessoa pesquisadora está inserida dentro da cultura que se propõe a fazer as análises (Carolyn Ellis; Tony Adams; Arthur Bochner, 2010). Enquanto nas pesquisas etnográficas é ocupado um lugar (muitas vezes distante) de observador participante, a partir do olhar externo àquela cultura, nas pesquisas autoetnográficas o lugar ocupado é de pessoa pesquisadora participante ativa e pertencente à cultura estudada.

Por fim a “grafia” refere-se à análise e escrita dos resultados encontrados a partir das reflexões autobiográficas inseridas na cultura da pessoa pesquisadora. A escrita autoetnográfica não é apenas sobre contar uma história, mas sim sobre apresentar e analisar relatos pessoais selecionando trechos, imagens e objetos que possam dialogar com as epifanias e teorias levantadas a partir daquela vivência.

Suzana Maia e Jeferson Batista (2022) pontuam que através da autoreflexão a etnografia proporciona transformações políticas e epistemológicas, uma vez que grupos sociais que costumavam estar em um lugar de objeto – ou sistematicamente excluídos da academia, se deslocam para o lugar de pessoa pesquisadora. Viviane Vergueiro (2015) defende que este é um método que potencializa o alcance e protagonismo de vozes dos corpos de pessoas com identidades de gênero e orientações sexuais diversas.

À medida que políticas de acesso e permanência na universidade vão sendo criadas, cada vez mais pessoas que antes não acessavam esse espaço, como pessoas negras, indígenas, LGBTQIAP+ e mulheres, começam a escrever teorias a partir de uma lógica de pesquisa que se aproxima da realidade, levando em consideração as vivências e saberes que foram desqualificados. Esse giro de perspectiva na academia foi importante para tornar evidente o caráter opressor das pesquisas defendidas pela hegemonia patriarcal branca cisheterossexual e colonial.

2.2. CONSTRUINDO AS EPIFANIAS

Por ser compreendida como um método de pesquisa qualitativa, a autoetnografia possibilita o uso de diferentes fontes de dados, desde relatos de memórias, registros de diários pessoais até fotografias ou objetos que dialoguem com a proposta de análise da pesquisa. Carolyn Ellis, Tony Adams e Arthur Bochner (2010, p. 3) destacam que “Ao escrever uma autobiografia, um autor escreve de forma retroativa e seletiva sobre experiências passadas. Normalmente, o autor não vive essas experiências apenas para torná-las parte de um documento publicado; em vez disso, essas experiências são montadas em retrospectiva.” (tradução minha). Portanto, nesta dissertação escolhi utilizar meus diários pessoais, memórias, conversas com familiares e amigos, fotografias e ilustrações autorais que apresentam no conteúdo os temas “família”; “gênero e sexualidade” e “cisheteronormatividade” para dialogar com a minha proposta, bem como com as autoras utilizadas e escolhidas para a construção teórica.

Tenho o hábito de registrar o meu dia em diários desde 2007, quando tinha pouco mais de dez anos. Comecei a escrever motivada pela ideia de ter um lugar privado para falar sobre meus pensamentos, questionamentos e angústias vividas por uma quase adolescente. Continuei o hábito da escrita reflexiva até os dias atuais, contudo, com frequência menor que antes, quando o registro era diário, enquanto agora escrevo de duas a três vezes na semana.

Os diários pessoais utilizados na dissertação contêm registros do período do ano de 2015 até o ano de 2023, sendo os registros dos diários de 2015 até 2020 feitos em cadernos e os registros dos diários de 2020 até 2023 feitos através de aplicativo de organização e anotações. Escolhi esse período para a autoetnografia por conta de não ter mais acesso aos diários anteriores e para eleger marcos relevantes que são associados ao problema de pesquisa, como por exemplo, o início da minha vida adulta, relacionamentos afetivos e a minha saída da casa dos meus pais para morar sozinha. Além dos diários, utilizo também o recurso da memória, para trazer situações que foram significativas, mas que não possuo o registro delas em papel, o que me permite trazer relatos de momentos significativos que são anteriores ao período dos escritos nos diários.

Também utilizarei do recurso de imagens como fotografias e ilustrações autorais entre o período de 2012 até 2023, haja vista que parte relevante do meu processo de compreensão acerca da minha sexualidade foi atravessada pela arte. Era através da possibilidade de desenhar, escondido, as personagens LGBTQIAP+ que eu encontrava sentido em minha orientação sexual. Ao longo do tempo as ilustrações foram criando um novo escopo em minha vida e o propósito foi mudando, dando lugar para a construção de peças que dialogam com viver a vida sem a tensão de encobrir informações.

Na dissertação, os registros de diário serão transcritos com a data, uso de formatação itálica e com recuo à direita para destacar do restante da redação. Os diálogos e relatos de lembranças seguiram o mesmo formato, contudo, o uso de travessão será utilizado para demarcar os momentos de fala. A exemplo do trecho abaixo:

(...) hoje foi o dia que saí da casa dos meus pais e é a minha primeira noite sozinha no meu novo quarto. meu pai trouxe minhas coisas, me deu um abraço e foi embora. minha mãe não saiu do escritório e nossa despedida foi lá. foi duro, não por partir, mas porque ela repetia enquanto chorava que eu acabei com o que ela havia planejado. é ruim saber disso, mas eu

também quero descobrir como é uma vida comigo planejando boa parte dela. [trecho de diário pessoal - 21/08/2020]

Para auxiliar na separação dos materiais utilizei a técnica da “linha de vida/linha do tempo”, que consiste em destacar momentos significativos da vida de um indivíduo em ordem cronológica. De acordo com Thalita Nobre (2019, p. 95) a técnica pode “auxiliar na rememoração e investigação do material a que não se tem acesso sobre as hipóteses que se pode construir”. O processo de construção da linha de vida envolveu uma folha A4 em posição vertical e canetas coloridas, fiz uma pequena linha vertical no canto esquerdo ao centro da página e uma linha horizontal de uma ponta a outra, em seguida refleti sobre momentos importâncias que atravessavam a minha história dentro das temáticas de sexualidade, identidade de gênero, relacionamentos afetivos e familiares e fui adicionando na linha, em ordem cronológica, os eventos significativos. Com o objetivo de melhor visualização, utilizei um programa de ilustração para digitalizar o que foi construído, como na figura abaixo.

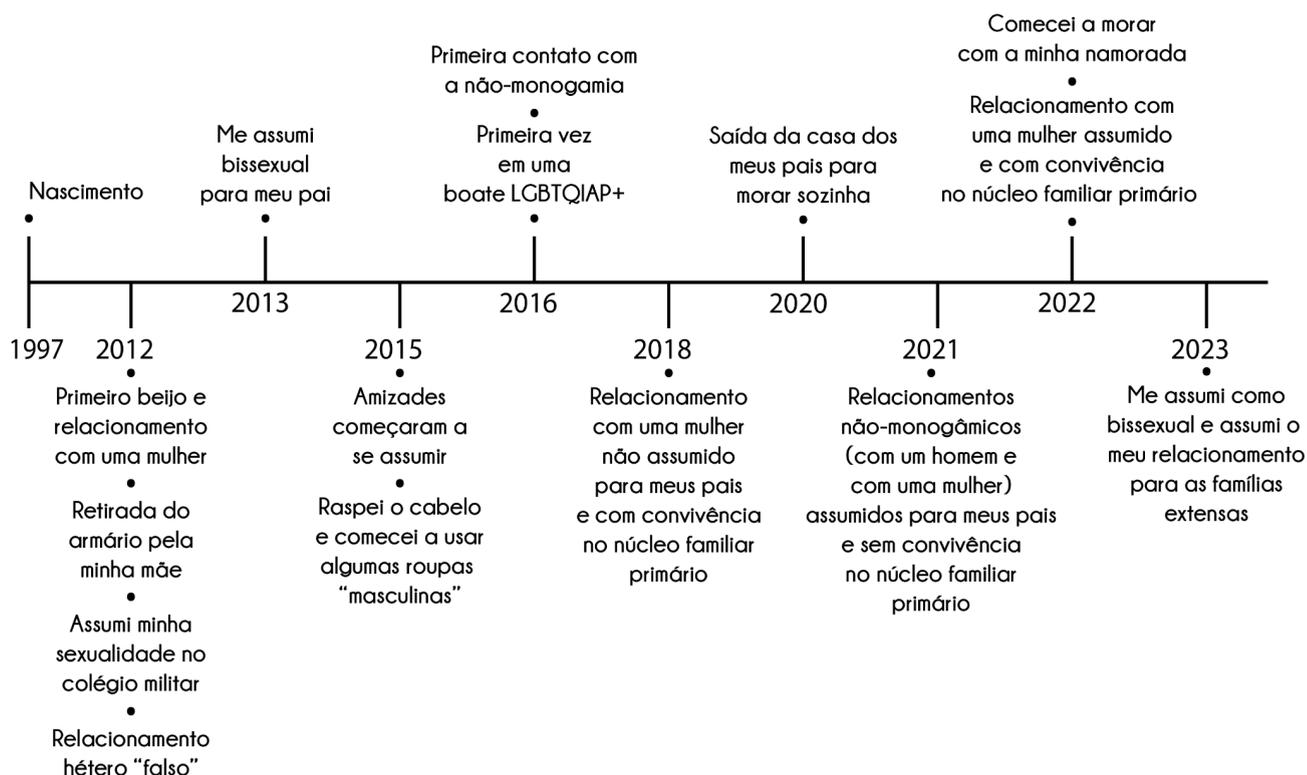


Figura 01 - Linha de Vida

Utilizar a técnica de linha do tempo me possibilitou compreender quais períodos há mais informações relevantes para a pesquisa e quais temas se destacam em cada um desses períodos. Nem todos os eventos da linha de vida fizeram parte da análise autoetnográfica, pois optei por relatar eventos que dialogam diretamente com a proposta da pesquisa. Estes eventos, embora não façam parte da temática, são significativos para situações que os antecedem ou sucedem.

Após a leitura de todo o material, os registros foram separados em duas temáticas que direcionam os capítulos de resultados da dissertação: “pactos performativos de cisheteronormatividade” e “novas famílias, diferentes performances”. A categoria “pactos performativos de cisheteronormatividade” contém registros que trazem situações que evidenciam a compulsoriedade em performar cisgeneridade e heterossexualidade tanto como uma forma de negociação dos pactos como também para evitar sofrer LGBTQIAPfobia, com o objetivo de discorrer sobre a hipótese apresentada na introdução; por fim, na categoria “novas famílias, diferentes performances” trago relatos sobre as minhas vivências e construções de novas concepções de família, pensando ainda na compulsoriedade da cisheterossexualidade. Abaixo, trago uma tabela com as categorias, quais os períodos que serão analisados e quais os recursos da construção dos dados.

Temas/Categorias	Período de Análise	Recurso para construção dos dados
Pactos performativos de cisheteronormatividade	2012, 2013, 2015, 2018, 2020, 2021, 2022 e 2023	Diários pessoais; Ilustrações; Fotografias; Memórias.
Novas famílias, diferentes performances	2020,2021,2022 e 2023	Diários pessoais; Fotografias; Memórias.

Quadro 1 - Separação dos temas/categorias por período de análise recursos utilizados

Suzana Maia e Jeferson Batista (2010) apontam que em um primeiro momento, a autoetnografia pode dar a entender que não há conflitos éticos, haja vista que o ponto de partida da pesquisa é a própria pessoa pesquisadora, contudo, uma vez que a pesquisa se propõe a analisar as vivências pessoais inseridas dentro de uma cultura isso implica na análise também das relações pessoais da pesquisadora. Por se tratar da análise de vivências no campo

específico das relações intrafamiliares, meus pais, que fazem parte da minha família nuclear primária, também são sujeitos desta pesquisa.

Ainda que minha pesquisa utilize majoritariamente relatos de memória e diários, a fim de preservar a identidade das pessoas citadas na dissertação, troquei os nomes e, quando necessário, as características físicas. Também elaborei um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido direcionadas para as pessoas aqui citadas, para que possam ter acesso aos trechos e relatos que aparecem ao longo dos capítulos autoetnográficos e assim decidir a permanência ou retirada desses trechos, dessa forma, busco criar esse processo de escrita algo transparente, ético e cuidadoso. Essas sugestões de cuidados éticos relacionais foram encontradas em Silvio Santos (2017) e Carolyn Ellis, Tony Adams e Arthur Bochner (2010) e acolhidos para a construção da dissertação.

Segundo Silvio Santos (2017, p.223) “os próprios sentimentos e experiências do pesquisador são incorporados à história e considerados como “dados vitais” para a compreensão do mundo social que está sendo observado”, ou seja, além da dimensão das relações, a autoetnografia também mobiliza a pessoa pesquisadora no âmbito de sua própria subjetividade. O método proporciona uma experiência de pesquisa que é acolhedora aos sentimentos evocados no processo de escrita, desde a escolha do tema de pesquisa para a dissertação até a conclusão do trabalho, com a defesa, além de reconhecer que as emoções e sentimentos são grandes influências na pesquisa.

Por se tratar de um método que constantemente a pessoa pesquisadora é convocada para reflexões acerca de seu passado e de sua vida pessoal, a autoetnografia pode despertar sentimentos e emoções dolorosas diante do contato com determinadas temáticas. Dwayne Custer (2014) descreve que “escrever uma autoetnografia é um teste da capacidade de ser vulnerável a si mesmo”. Os autores Carolyn Ellis, Tony Adams e Arthur Bochner (2010) defendem que a autoetnografia pode ser também terapêutica, uma vez que esse método não apenas auxilia a validar as dores da pessoa pesquisadora, mas como também pode validar as dores das pessoas leitoras que entram em contato com o conteúdo e podem se reconhecer naquelas narrativas.

Expor sentimentos, situações e ser vulnerável para escrever esse trabalho só se tornou algo possível por acreditar na relevância dessa temática para as minhas áreas de trabalho na clínica e na pesquisa, além disso, em paralelo tenho o suporte subjetivo desenvolvido ao longo de quase dez anos em análise, bem como a minha rede de apoio que me acolhe diante dos momentos que dediquei ao reler os diários ou rever fotografias e ilustrações.

CAPÍTULO 3 - CONCEITUANDO OS PACTOS PERFORMATIVOS

No terceiro capítulo da minha dissertação apresento os registros (diários, fotografias, relatos e ilustrações) que foram utilizados para a construção dos dados autoetnográficos, bem como o meu núcleo familiar primário. Em seguida, traço um caminho utilizando os registros para concluir a minha hipótese de pactos performativos a partir dos conceitos de cisheteronormatividade, discussões sobre o armário e o silenciamento provocado por ele e os sentimentos de culpa e medo que antecedem os pactos, para, por fim, apresentar a minha compreensão sobre os pactos performativos na vida de pessoas LGBTQIAP+ e como eles funcionam como estratégia de enfrentamento e sobrevivência às violências de gênero.

3.1 REGISTROS DA DISSIDÊNCIA: APRESENTANDO OS DADOS

Escrever diários faz parte da minha vida desde os meus dez anos de idade, parte desse hábito veio da necessidade de ter um lugar em que eu poderia fazer os questionamentos e desabaços que surgiam mediante às situações e acontecimentos em minha vida, por outro lado, o diário também funcionava com um lugar protegido das pessoas a minha volta. Todos os dias antes de dormir eu escrevia sobre como havia sido o meu dia e os pontos importantes, às vezes havia situações que eu precisava escrever enquanto acontecia porque me ajudava a elaborar os sentimentos. Os diários, desde o começo, serviram como possíveis espaços para que eu pudesse ser transparente, sem uma performance sobre quem eu deveria, e essa possibilidade foi intensificada após minha saída do armário, servindo de lugar para experimentações, confissões e curiosidades.

Hoje com 26 anos mantenho este hábito, mas com algumas diferenças, o ato da escrita ocupa o lugar de memórias e reflexões, não há uma demanda urgente em falar e nem a necessidade de proteger meus pensamentos, visto que fui criando repertório para lidar com as situações da vida e também não é mais preciso ter preocupações com a privacidade. Além disso, deixei de utilizar diários físicos como único recurso para escrita e passei a utilizar também aplicativos de organização (como a ferramenta *Notion*) para escrever quando não havia um diário físico em mãos. Os diários atualmente vêm ocupando a função de recordação de situações importantes que não quero esquecer, como um registro biográfico de minhas memórias, reflexões da experiência de viver a vida adulta.

Eu costumava guardar todos os diários para ter a sensação de que a vida e o tempo foram passando e eu conseguia acompanhar, porém, em 2014 meus pais compraram uma nova casa e no meio da mudança fiz a escolha de jogar fora todos os meus diários porque fui tomada pela ideia de que aquilo poderia simbolizar um recomeço. Por conta disso, não possuo registros anteriores a 2015¹ e esse período não será analisado através de diários, mas sim por outros recursos.

No que diz respeito à minha sexualidade, foi através dos diários que eu pude expressar vontades, desejos e sentimentos, haja vista que não havia espaço para esse tipo de diálogo com a minha família nuclear tampouco no rígido ambiente escolar que eu estava inserida. Foi em um diário que escrevi sobre meu primeiro beijo com um garoto, que escrevi sobre a vontade/curiosidade em beijar uma garota e que escrevi sobre ser bissexual, sobre entender que eu sou uma pessoa não-binária, mas também foi em um diário que escrevi sobre as primeiras vezes que precisei lidar com a LGBTQIAPfobia, dentro e fora do espaço familiar.

Na imagem abaixo é possível ver os diários e cadernos de desenhos utilizados por mim durante o período de 2015 até 2023. O diário 1 foi utilizado entre os anos de 2015 e 2016, sendo substituído em seguida pelo 4 e 5 para os anos de 2017, 2018 e 2019. O diário 8 utilizo desde 2021 até os dias atuais. Por fim, o restante dos diários ocupa uma função tanto de caderno de desenho como também de diário, ou seja, intercalo entre ilustrações e reflexões pessoais.



Figura 02 - Diários e Cadernos de Desenho

¹ Em 2014 optei por não escrever em diários e utilizar apenas cadernos de desenho para fazer ilustrações.

Com o passar dos anos, encontrei na arte uma alternativa para expressar o que não era alcançado com palavras ou até mesmo para expressar vontade que não poderiam ser facilmente atingidas diante da impossibilidade em viver essas experiências. As ilustrações, assim como os diários, contam também uma história de como a minha percepção de mundo foi modificada através das vivências que eu conseguia ter acesso. Antes, as ilustrações eram inspiradas em personagens de desenhos que davam a entender que poderiam ser um casal LGBTQIAP+, contudo não era algo explícito.

À medida que começo a acessar outros espaços e que surgem mais representações LGBTQIAP+, eu passo a construir percepções diferentes sobre as relações, sobre corpos e inclusive sobre raça e gênero. Essa diferença fica evidente nas ilustrações abaixo, sendo possível perceber que no início da minha construção subjetiva acerca da minha sexualidade, o que destacava era a curiosidade pelos corpos, mas através de representação de personagens. Por outro lado, as ilustrações feitas já como adulta passam a se aproximar mais da realidade, trazendo também outros tipos de corpos e relacionamentos, o que é efeito do contato com outras vivências dissidentes e reflexões sobre minha própria expressão e identidade de gênero.

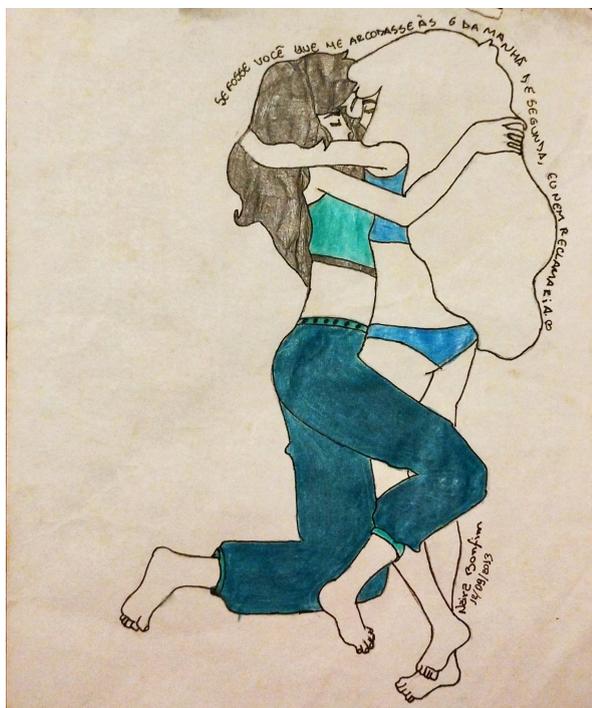


Figura 3 - “Desenho sem título - 2013” ; Figura 4 - “Desenho sem título - 2014”

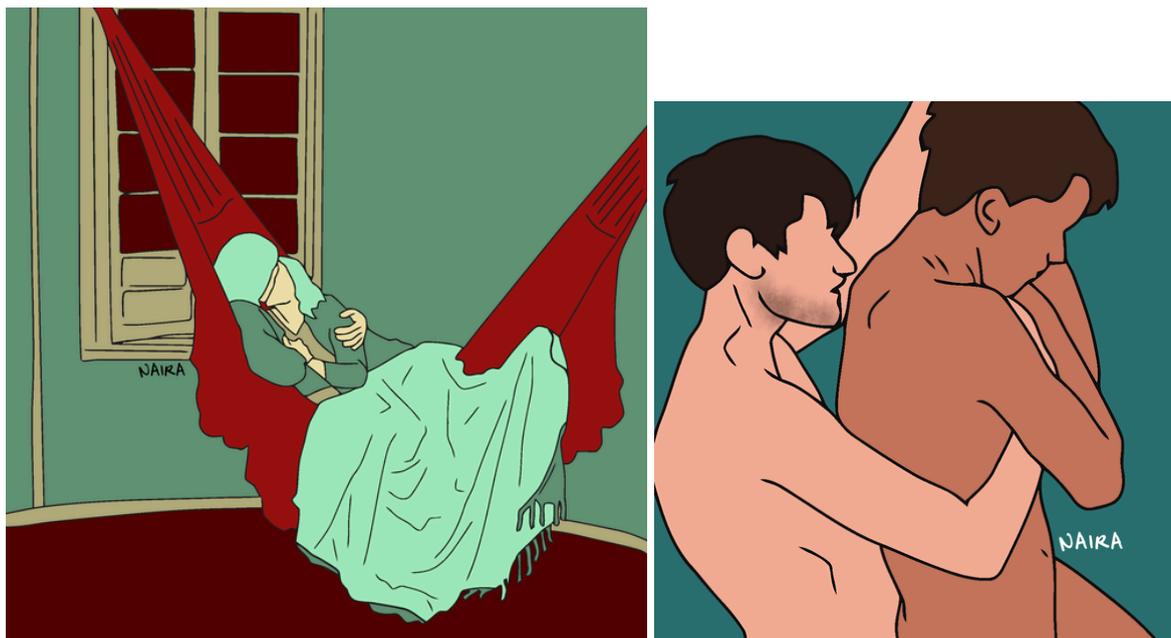


Figura 5 - “Interior do interior - 2017” ; Figura 6 - “Um dia de Domingo - 2018”

Quando compreendi a minha orientação sexual, houve o desejo de consumir séries e filmes com personagens LGBTQIAP+, pois havia a necessidade de me encontrar e tentar identificar sentimentos e experiências naquelas obras. A representação de pessoas LGBTQIAP+ na ficção embora não seja recente, só passou a ter mais espaço na última década, o que refletiu significativamente sobre a minha percepção subjetiva sobre a minha própria vivência e, por consequência, na minha própria arte. A arte tem um importante papel de conectar o espectador que, pode ou não compartilhar certas experiências.

Em dado momento, diários e ilustrações passaram, em alguns cadernos, a ocupar o mesmo espaço, pois, passei a experimentar desenhar o que estava sentindo para complementar o que a escrita não dava conta de explicar. As fotografias aqui utilizadas também compõem o repertório de recurso de expressão de sentimentos, mas também, o registro de situações que me provocaram desde euforia até desânimo, além de ilustrarem relatos que podem ser acompanhados de representações visuais das situações.

Nesta autoetnografia foram utilizadas para construção dos dados ilustrações que correspondem ao período de 2012 a 2023 e que dialoguem com as temáticas das experiências de compreensão da orientação sexual, relacionamentos e identidade de gênero. Vale destacar que há dois tipos de ilustrações aqui: as que correspondem ao período de 2012 até 2016, que são exclusivamente ilustrações no papel e as ilustrações do período de 2017 até 2023, que utilizo não só o papel, mas o recurso do digital para poder me expressar artisticamente.

Além dos registros em diários e ilustrações, utilizo também como recurso memórias e diálogos para construir relatos que não estão nos diários e ilustrações, mas que também fazem parte dos eventos significativos que serão narrados aqui. Com os relatos de memória conto sobre situações ocorridas e diálogos, tanto presenciais quanto por mensagens de texto.

Diante do contingente de informações que poderiam ser utilizadas na construção dos dados autoetnográficos, fiz uso da ferramenta de linha de vida para me auxiliar a fazer os recortes temporais necessários e definir quais categorias temáticas podem ser utilizadas como guia de apresentação dos resultados esperados.

Por se tratar de uma autoetnografia, é necessário apresentar o “campo” que me debruço para analisar: a minha família nuclear primária, em específico, eu, meu pai e minha mãe. Iniciei a apresentação no capítulo de introdução da dissertação e, no capítulo de apresentação dos dados, ampliei as informações e trouxe mais detalhes para compreensão de nossa dinâmica.

Para explicar a dinâmica do núcleo familiar que compartilho com meus pais, é necessário falar brevemente sobre suas histórias em seus respectivos núcleos familiares primários, ou, melhor, a minha família extensa. Meus pais nasceram em Salvador, são filhos de pessoas negras e empobrecidas vindas do interior, ambos passaram dificuldades financeiras com as suas famílias e pouco depois de se conhecerem, conseguiram ascender socialmente, diferente de seus irmãos e irmãs. Os recursos financeiros concederam aos meus pais o lugar de casal modelo, exemplos para as duas famílias, além disso, a ascensão social possibilitou oportunidades e acessos para que eles pudessem viver o que eles sempre vislumbraram como algo impossível.

O dinheiro proporcionou um lugar de responsabilidade e maior poder nas tomadas de decisões coletivas e, como tudo aconteceu antes de eu nascer, mesmo não sendo a primeira neta, eu já tinha responsabilidades por ser filha do casal. Cresci vendo meus pais sendo convocados para conversas importantes sobre a vida dos meus primos, tendo lugar de opiniões e grandes decisões.

Em nossa casa eles também ocupam funções muito bem definidas e determinadas pelo gênero, dessa forma, meu pai, a figura com maior poder, fica responsável por prover a maior quantia de dinheiro; já minha mãe, que também trabalha, é responsável pelo cuidado e por gerir tudo que diz respeito à casa, desde a limpeza até às finanças, além de ocupar também uma função de mediação das situações e das relações, tanto do nosso núcleo, como do núcleo extenso.

Ter nascido neste ambiente me direcionou às normativas de gênero muito cedo. Brinco que estraguei o meu enxoval rosa já que não foi possível descobrir o meu sexo até pouco antes do meu nascimento, sendo assim, meus pais compraram tudo amarelo porque era uma cor “neutra”. Além das cores neutras, meus pais tinham expectativas individuais e idealizações sobre qual poderia ser o meu gênero, então cada um comprou também dois presentes que demarcavam para onde eu seria direcionado após nascer. Meu pai comprou uma réplica de uma viatura e queria que eu herdasse seu nome, já minha mãe comprou vestido que ela sonhou que um dia eu daria para minha filha. A viatura foi tirada do meu quarto, ficou para meu pai, mas o vestido, depois de ter sido usado até onde meu corpo recém-nascido coube, segue guardado mesmo 27 anos depois.

Sempre escutei da minha mãe que havia um caminho certo para mim, eles iriam me proporcionar todas as oportunidades em educação e eu só deveria abraçar o que me estava sendo oferecido, contudo, ainda que eu tenha deslizado em algum momento com os meus estudos, só era pontuado que eu estava fora desse caminho quando havia uma discussão sobre minha orientação sexual. O caminho que estava pronto era o da heterossexualidade, de um casal modelo para seguir dando exemplo, assim como meus pais.

3.2 CISHETERONORMATIVIDADE E PACTOS PERFORMATIVOS

Para compreender o conceito de cisheteronormatividade é necessário primeiro retomar a discussão sobre heterossexualidade compulsória e pensamento hetero das autoras Adrienne Rich e Monique Wittig. Para Monique Wittig (2002) a sociedade se estrutura a partir de uma base heterossexual com discursos voltados para a heterossexualidade, essa perspectiva da realidade social é conceituada como pensamento hetero e é utilizada para oprimir pessoas não heterossexuais. De acordo com a autora, o pensamento hetero leva a uma interpretação do social, da cultura e da linguagem a partir de uma lógica que não concebe sexualidades diferentes além da heterossexualidade, além de produzir a diferença pelo viés da dominação, colocando os heterossexuais no lugar de ponto de referência e a não-heterossexualidade num lugar de estranho, anormal e que precisa ser oprimido. Dessa forma, a heterossexualidade não poderia ser encarada apenas como uma orientação sexual, mas como também uma estratégia política de dominação.

Adrienne Rich (2010) já aponta que a heterossexualidade compulsória é entendida como uma forma de doutrinar mulheres para o casamento e relações com homens, partindo

do pressuposto que o natural é a orientação heterossexual e a homossexualidade é a orientação desviante. As duas autoras são importantes para apresentar o imperativo da cisheterossexualidade e compreender como somos compelidos a todo momento a viver diante do movimento de invalidar nossas vivências e histórias. Sendo assim, há uma expectativa social de que sejamos todos heterossexuais já que é algo inevitável, além de ser o único modelo de relação afetivo-sexual que é apresentado desde que cada indivíduo é inserido na cultura. Apesar das autora construírem essas reflexões direcionadas a experiência lésbica e gay, é possível entender que ambas as formas de opressão atingem a todes na sociedade, ainda que as experiências de corpos dissidentes em relação a esses regimes sejam diferentes de corpos que, em certa medida, correspondem à norma.

De acordo com Leandro Colling e Gilmaro Nogueira (2014), “enquanto na heterossexualidade compulsória todas as pessoas devem ser heterossexuais para serem consideradas normais, na heteronormatividade todas devem organizar suas vidas conforme o modelo heterossexual, tenham elas práticas sexuais heterossexuais ou não”, ou seja, a heteronormatividade parte da concepção que o padrão de se relacionar é hetero e as práticas e desejos sexuais fora do que é preconizado pelo modelo heterossexual é marginalizado e as relações não-heterossexuais precisariam encontrar formas de se adequar ao modelo, como por exemplo, estabelecendo papéis de gênero femininos e masculinos nas relações ou até mesmo buscando o casamento e filhos.

Para Jaqueline Gomes de Jesus (2013), a heterossexualidade enquanto uma normativa invisibiliza e destrói existências LGBTQIAP+, além de criar percepções estereotipadas sobre nossas vivências e, por estar na base cultural da sociedade, incentiva as violências de gênero.

Uma vez estabelecido estes conceitos sobre normatividade sexual, apresento a seguir os conceitos relacionados à normatividade de gênero: “ciscentrismo” e “cisheteronormatividade”. Compreende-se com uma pessoa cisgênera alguém que tenha uma identificação de gênero correspondente ao que lhe foi designado no nascimento.

O ciscentrismo, de acordo com Icaro Gaspodini e Jaqueline Gomes de Jesus (2020) é uma percepção na qual o sexo biológico é o fator que determina o gênero e, por isso, so é possível considerar apenas duas possibilidades binárias de gênero, o que desconsidera as influências culturais e sociais para a construção das identidades de gênero e exclui gênero e sexos que não fazem parte da binariedade, como pessoas não-binárias e intersexo. Ou seja, cisheteronormatividade parte de um lugar que pressupõem que somos todos não apenas

heterossexuais, mas como também cisgênero, que, de acordo com viviane vergueiro (2015), também regula as expressões das identidades de gênero e as práticas sexuais.

Para Leandro Colling e Gilmaro Nogueira (2014), na heteronormatividade, ainda que uma pessoa não seja heterossexual, ela ainda precisa evidenciar o seu gênero para estar de acordo com o sexo e tudo que engloba o universo determinado para o gênero, ou seja, mesmo bissexual, era necessário que a minha expressão fosse feminina e distante de algo que pudesse soar masculino. Trago abaixo outros dois relatos que ilustram situações acerca das expectativas e frustrações dos meus pais para que eu seguisse com uma expressão de gênero compatível ao que era esperado de uma mulher.

ontem fiz uma coisa que tava sem coragem mas querendo há um tempo: cortei as partes lisas do meu cabelo. ficou muito mais curto do que eu esperava, mas eu também queria saber como é ter o cabelo curto assim. eu gostei bastante, mas fiquei chateada porque meus pais reclamaram que eu fiquei muito masculina, que não tava bom e outras coisas que não quero repetir aqui. minha mãe falou que deveria tomar cuidado com a minha vida. eu entendi o que ela quer dizer e ela tem medo de eu ser lésbica caminhoneira. foi difícil tomar essa decisão e eu só queria que meus pais não fizessem disso algo ainda mais desconfortável. [trecho de diário pessoal - 09/03/2015]

-

tô me sentindo meio sei lá das ideias, daí raspei o cabelo. já estava querendo mudar faz um tempo, testar novos estilos e novas roupas. minha mãe implicou, como sempre, mas me deu o dinheiro para cortar, contanto que fosse num salão de beleza. cortei na barbearia mesmo e fiquei com o dinheiro para mim. [trecho de diário pessoal - 12/10/2015]

O corpo é o lugar que a sociedade materializa o gênero, lugar que também não escapa das normativas de expressão. Judith Butler (2018) salienta que o corpo é feito a partir de um sentido histórico e cultural delimitado, obedecendo as normas da época. Ao apontar que o corte de cabelo pode ser lido masculino, há uma tentativa, por parte dos meus pais, em

lembrar ao que pertence ao meu gênero, e, ao trazer à luz de uma questão de raça, a marcação de feminilidade para mulheres negras, é constantemente expressa pelo cabelo. Se o ideal de mulher é o ideal branco, europeu, mulheres negras ao cortarem seus cabelos para experimentá-los ao natural podem ser questionadas sobre a sua identidade de gênero. Ao chamar atenção para eu ter cuidado com a minha vida, meus pais, nesse momento, acendem um alerta para informar que eu estou cruzando um limite da expressão de gênero que pode ser aceitável sendo uma pessoa LGBTQIAP+: parecer um pouco mais masculina, é passar a subverter (ainda mais) a cisheteronormatividade.

Além disso, a preocupação com o lugar que o cabelo seria cortado também é uma expressão da delimitação cultural do gênero, pois, ainda que o corte fosse “masculino”, eu, identificada como mulher à época, deveria ir até um lugar de circulação de mulheres, como é o salão de beleza. Ainda que ambos os espaços tenham a mesma finalidade, o cuidado com o cabelo, os símbolos de gênero são bem marcados pela decoração, enquanto o salão, na maioria das vezes, é pintado de rosa, com fotografias de mulheres ressaltando seus signos de feminilidade, a barbearia é feita para ser “familiar” ao homens, com cores escuras e produtos com desenhos de homens másculos e viris. Sinto até hoje que cortar o cabelo em uma barbearia foi um dos meus primeiros atos de subversão, ao “invadir” um espaço que repelia a minha presença.

Mesmo a minha mãe não me pediu diretamente para parecer mais feminina, foi estabelecido ali um pacto de como eu poderia me comportar dentro do espaço familiar, que era protegido por ela para que aquela nova informação sobre mim não perfurasse a estrutura heteronormativa. Afinal, eu não estava no armário sozinha, haja vista que a revelação da minha sexualidade significaria que houve uma falha na execução do papel da família em garantir a continuidade das normativas cisheterossexuais, o que colocava a minha mãe e o meu pai em um armário junto comigo. Dessa forma, ao cortar o cabelo, acessar espaços “masculinos”, eu tornava público aquilo que estava sendo protegido e tinha status de segredo.

Dada como normativa inabalável e hegemônica, a cisheteronormatividade é o que provoca a demanda de pessoas LGBTQIAP+ precisarem comunicar sobre sua identidade de gênero e/ou orientação sexual, seja de maneira consentida ou por coerção. Como Eve Sedgwick (2007) apontou, haverá sempre na nossa experiência um armário para sair, já que a base estrutural da heterossexualidade é o esperado. Pretendo trazer ao longo deste capítulo algumas das experiências de armário, começando com o relato a seguir, sobre a minha primeira saída e os acontecimentos que aconteceram em sequência.

Eu tive algumas saídas do armário para minha família nuclear e uma grande saída para minha família extensa, mas nesse em específico relato vou focar nas experiências vividas com os meus pais. A primeira pessoa a saber, ou melhor, a descobrir, foi a minha mãe, quando ela decidiu procurar evidências em meu quarto que pudessem confirmar as suas suspeitas de que eu estava namorando com uma mulher. Lembro de chegar em casa após voltar do curso de inglês e encontrá-la sentada em minha cama esperando por mim, segurando em suas mãos uma carta escrita pela minha namorada da época. Em poucos segundos eu entendi tudo e um medo correu pelo meu corpo como uma descarga elétrica. Naquele instante, experienciei pela primeira vez a sensação de medo pela minha orientação sexual, vivenciei o medo de ser expulsa de casa, ou pior, ser agredida.

Felizmente, não houve expulsão ou agressão, minha mãe só estava decepcionada por descobrir o relacionamento e também pelas mentiras que precisei contar para poder vivê-lo. Em seu discurso ela me perguntou repetidas vezes o que ela havia feito de errado para que eu não seguisse o caminho que havia sido preparado para mim. Depois dali passei a viver sob a ameaça de exposição da minha sexualidade para o meu pai. Após esse dia, pouco conversamos sobre a minha sexualidade, o assunto só era retomado como uma lembrança de que ou eu abandonava essa ideia ou o meu pai iria saber.

Para poder aliviar a pressão dessas ameaças, me vi obrigada a viver um relacionamento heterossexual, que a princípio era falso e posteriormente se tornou verdadeiro. Aos poucos essa ameaça foi diminuindo por parte da minha mãe, que foi sentido que eu estava voltando para o “caminho certo”. O que eu não esperava era que o temor pela exposição ainda existiria, dessa vez por parte do meu namorado, que eventualmente ameaçava

contar para o meu pai, caso eu decidisse terminar com ele. Era uma dupla cobrança para viver e expressar a heterossexualidade a todo momento e abandonar qualquer rastro que pudesse levantar suspeitas sobre quem eu realmente era, tanto para minha mãe quanto para o meu ex-namorado, que sempre duvidava que eu “estava sendo” genuinamente heterossexual. Quando encerrei essa relação, entendi que não conseguiria sustentar por muito mais tempo não apenas performar a heterossexualidade, mas também não ter ao menos um lugar de “escape” para não ser heterossexual, haja vista que tudo era vigiado para que eu não voltasse para aquela “fase”. Decidi que era preciso contar para o meu pai antes que qualquer outra pessoa pudesse chegar até ele, afinal, o investimento em manter a minha orientação sexual em segredo só estava trazendo benefícios para minha mãe e o meu ex-namorado.

Meu pai sempre gostou de jogar um jogo de cartas no computador e quando decidi contá-lo foi após observar que ele havia vencido uma partida que estava jogando. Minha mãe não estava em casa, minhas roupas estavam arrumadas caso eu precisasse colocar rapidamente na mochila e eu só tinha que contar. A vitória na partida foi a brecha que encontrei para revelar ao meu pai que gostava não só de meninos, mas também de meninas. Houve silêncio por menos de um minuto, eu não tinha mais o que pensar porque eu já havia ensaiado todas as possibilidades, mas ainda assim fui surpreendida pelo meu pai que se limitou a dizer “É com você, é a sua vida, não a minha”.

O medo que me foi colocado caiu por terra naquele instante e eu entendi que finalmente eu poderia parar de fingir, contudo, segundos depois eu compreendi que também não havia sido acolhida e, no fim das contas, a partir dali, para sustentar viver essa vida, estaria só. Minha mãe ficou decepcionada com o meu pai, pois, enquanto figura de poder, ele não proibiu que

a minha sexualidade existisse, mas também ficou satisfeita por ele não ter dado suporte. A partir daquele dia houve uma ruptura muito significativa do apoio proporcionado pelos meus pais, entendi que não haveria espaço para essa parte da minha vida na casa e nas dinâmicas familiares. Houve um distanciamento emocional muito grande após toda essa situação e que só foi reconquistado quando a fantasia da minha heterossexualidade entrava em jogo na nossa convivência e diante de situações sociais com as famílias extensas. Além disso, meus pais, em um primeiro momento, não aceitavam a ideia de que a bissexualidade é uma orientação que existe e é válida, mas sim algo transitório para eu decidir quando fosse o momento (e o homem) certo. Mesmo não falando sobre o assunto, meus pais nunca esconderam que quando a “fase” passasse e eu tivesse que decidir, eu iria escolher a vida da heterossexualidade, do matrimônio e da maternidade.

Poucas foram as vezes que tocamos novamente no assunto, meus pais faziam o máximo para evitar qualquer conteúdo na TV que mencionasse alguma questão LGBTQIAP+ e, às vezes, faziam falas pontuais sobre a posição contrária que eles tinham acerca de casamento e adoção homoparental. Além disso, eventualmente surgiam comentários negativos sobre expressões de gênero de pessoas LGBTQIAP+, em situações em que eles pontuavam até onde era aceitável ser disruptivo, como por exemplo, a existência de lésbicas masculinizadas ou gays afeminados. Ainda que os comentários e falas não fossem direcionados a mim, era um recado a ser dado, um lembrete sobre o assunto que não deveríamos falar, o que causou um rompimento na nossa relação intrafamiliar e na relação que eu tinha com a minha própria casa. Afinal, se não era possível ao menos assistir um filme na sala em que duas mulheres se beijavam, era necessário um espaço para que eu pudesse existir e esse espaço foi o meu quarto, uma vez que eu passava

a maior parte do tempo dentro dele, não houve muito espaço para reparar o que foi rompido em nossas relações. Relato de memória - 2012/2013

O primeiro destaque que faço deste relato diz respeito a negação da minha bissexualidade, que pode ser entendida como bifobia, que é também o apagamento e a invalidação das orientações sexuais não-monossexuais. Numa sociedade articulada pelo pensamento heterossexual, o que é diferente, é, muitas vezes, o que está no lugar da oposição. Se todos somos heterossexuais, a homossexualidade é a diferença da norma que precisa ser corrigida, logo, a bissexualidade, por ser compreendida por muitas vezes como o lugar de “meio termo” entre as duas sexualidades, não poderia nem sequer ser considerada como uma orientação e sim, como um lugar transitório para voltar a normativa. Comunicar aos meus pais sobre uma orientação sexual que, para eles não poderia existir, contribui para o nosso distanciamento e para os períodos de silêncios que passaram a acontecer dali adiante. Não era possível falar sobre nenhuma vivência romântica afetiva, nem mesmo as relações com homens, pois, ao trazer esses relacionamentos, era necessário trazer também a discussão de que nada havia mudado sobre a minha bissexualidade, o que era um ponto que meus pais tentaram evitar.

O anúncio da minha sexualidade para os meu pais, apesar de ter me tirado do armário, os colocou em um armário também, pois, ainda que eles não tivessem acolhido a minha orientação sexual, eles “aceitaram” a minha permanência no núcleo familiar, o que, em certa medida, poderia parecer para grupos específico que eles estavam compactuando com a minha sexualidade dissidente. Existia naquele momento uma informação sobre mim que não poderia ser revelada para nenhum outro espaço de importância, como por exemplo, para a família extensa, que os tinha como um casal exemplo de parentalidade e que seguia valores tanto militares quanto cristãos.

Diante da expectativa da heterossexualidade e cisgeneridade por parte da família, uma pessoa LGBTQIAP+ pode ser apontada como alguém que provocou o “fracasso” daquela família em desempenhar a função de garantir que as normativas sejam cumpridas. Dessa forma, ao contar sobre sua identidade de gênero e/ou sexualidade, a pessoa LGBTQIAP+ é interpelada pelo questionamento dos pais sobre o que eles supostamente fizeram de errado, numa tentativa de encontrar justificativas para esse tal fracasso, como se houvesse algo a ser feito de diferente de modo a corrigir o que não saiu conforme o planejado. O peso desse

“fracasso” muitas vezes pode cair para a mãe, já que para mulheres, seu valor é medido pela sua capacidade de cumprir bem o papel da maternidade, e isso fica evidenciado no meu relato sobre a saída do armário, quando minha mãe me pergunta o que ela havia feito de errado. Ser colocado como responsável pelo fracasso do núcleo familiar pode provocar, em certas situações, o sentimento de culpa por ser LGBTQIAP+, além de contribuir para outros tipos de sofrimento psíquico, como baixa autoestima, isolamento social (Thiago Soliva; João Silva, 2014) e outros já citados no capítulo anterior desta dissertação. Saber que eu provocava vergonha para meus pais e, em certa medida, evidenciava os seus fracassos, causou uma rachadura significativa na nossa relação.

Foi a partir da ruptura na relação com os meus pais que a arte apareceu com um espaço de vivenciar a minha sexualidade dentro da minha própria casa, já que não poderia levar nenhuma companheira, ou consumir conteúdo LGBTQIAP+ nos espaços comuns da casa. Thiago Soliva e João Silva (2014), explicam que “o grupo doméstico tende a operar um rígido movimento de repressão baseado na autoridade familiar (p.132)” tanto a partir da desconfiança da possibilidade da não heterossexualidade ou cisgeneridade, tanto após a saída do armário, na tentativa de vigiar e evitar que essa “fase” possa continuar existindo. Essa autoridade é, em algumas instâncias, justificada como um “ato de amor”, já que é dever da família promover o bem-estar de seus membros e proteger as/os seus membros/as/es.

O uso da figura do amor e cuidado para justificar as LGBTQIAPfobias no campo da família me faz retornar a bell hooks e o livro “Tudo Sobre Amor” (2020), quando a autora levanta a reflexão sobre como soa incoerente acreditar que punições podem ser lidas como gesto de amor, causando muitas vezes sentimentos ambíguos nas construções que fazemos do que entendemos e queremos viver com o amor. Thiago Soliva e João Silva (2014) argumentam que a justificativa de punição é um recurso que está “vinculadas à noção de “respeito”, que muito se aproxima da ideia de “cuidado”, através das quais esses pais buscam controlar a informação sobre a homossexualidade dos seus filhos” (p.144).

Por não ter tanto acesso a conteúdo LGBTQIAP+, eu desenhava e escrevia histórias para satisfazer o meu desejo em poder colocar para fora, em alguma instância, o que eu estava sentindo. Meu quarto se tornou o único espaço em que eu não sentia a obrigatoriedade de viver a heterossexualidade, como por exemplo, na foto a seguir, que eu estou com desenhos autorais pendurados no meu quarto. Não foi combinado com os meus pais que faríamos dessa forma, mas, de algum modo, pactuamos em silêncio sobre aquele ser o meu espaço que não estaria acessível a eles e às suas expectativas. O silêncio, inclusive, foi a

primeira negociação feita por mim para proporcionar harmonia e conforto para meus pais, mas para mim, só me levou a sentir uma imensa tristeza em não poder falar sobre o que estava acontecendo.

Uma das elaborações da autora Eve Sedgwick em “Epistemologia do Armário” (2007) é que o silêncio acerca da identidade de gênero e/ou orientação sexual cumpre o papel de encobrir possíveis desconfiças, dessa forma, quando a família ou parte dela escolhe não falar nada sobre a saída do armário, ela evita que outras pessoas, de dentro ou fora da família, possa descobrir que há um membro dissidente naquele espaço.



Figura 7 - Autorretrato com desenhos autorais ao fundo

Entendo o silêncio como um dos primeiros pactos performativos vivenciados por pessoas LGBTQIAP+ no âmbito familiar, pois, é como abrir mão de expressar partes importantes de sua identidade e vivência para ter de sustentar a fantasia cisgênera e

heterossexual de outra pessoa. Leandro de Oliveira e Thiago Barreto (2019) sinalizam que concordar em permanecer em silêncio não pode ser encarado como um ato de reciprocidade por pessoas LGBTQIAP+, mas como um ato que revela um possível temor naquela relação, como a ameaça da expulsão de casa ou rompimento de uma relação. Trago como exemplo no relato abaixo, uma situação em que me vi concordando a permanecer em silêncio sobre perguntas a respeito da minha sexualidade, em nome da manutenção da relação com meus pais.

ontem a minha avó materna faleceu e eu acabei de voltar do sepultamento. desde ontem minha cabeça está fervendo de pensamentos sobre minha relação com a minha família e eu preciso escrever para tentar dar conta de alguma coisa. (...) tive a sensação de estar sendo empurrada novamente para o armário pelos meus pais e, depois de tudo que já enfrentei para não estar nele, isso me causou um enorme incômodo. a Malu² estava comigo, acordou cedo para me acompanhar, sabe? e meus pais sempre estavam apresentando ela para os seus amigos como a minha amiga. tomada pela raiva de me sentir aprisionada novamente, eu tentei corrigi-los logo em seguida para algumas pessoas e disse que a Malu é a minha namorada. depois, para complementar, ainda houve uma situação que uma pessoa irrelevante perguntou para minha mãe se o meu marido também estava ali e, quando eu estava pronta para dizer que a minha esposa estava junto comigo, minha mãe se antecipou e disse que eu escolhi focar nos estudos primeiro. mesmo com raiva, senti que era inadequado tentar corrigir porque parecia não ser mais o momento. acho que também estava cansada demais e eu tinha outras prioridades.”[trecho de diário pessoal - 20/09/2023]

² Nome fictício.

Leandro de Oliveira e Thiago Barreto (2019) pontuam que o silêncio por partes dos pais de pessoas LGBTQIAP+, muitas vezes, podem ser lidos como tentativas de manter as fantasias de poder dentro dessas dinâmicas, evitando que encarem as rupturas provocadas pela quebra de expectativa da cisheterossexualidade. O silêncio provoca a sensação de precisar reafirmar, a qualquer momento, que a orientação sexual ou identidade de gênero não foi “corrigida” ao longo do tempo, o que, para Daniel Kveller e Henrique Nardi (2022), nos coloca no lugar de dúvida, de questionamento a todo momento se estamos nos fazendo ser entendidos o suficiente.

Por outro lado, Audre Lorde em sua obra “Irmã Outsider” (2020), tece uma discussão sobre o silêncio em meio às vivências de opressão, a autora aponta que os nossos silêncios são provocados pelos nossos próprios medos. No caso de pessoas LGBTQIAP+, muitas vezes o medo vem da ideia de ser desprezada ou oprimida por conta de sua identidade de gênero e/ou sexualidade. Enquanto pais heterossexuais precisam do silêncio para não enfrentar as frustrações de seus sonhos de modelos coloniais de família, nós utilizamos o silêncio como uma estratégia para permanecer, em alguma medida, vivos. Em algumas situações, a negativa dos pais em enfrentar a descostura dessas expectativas é o que pode ocasionar a ruptura dessas relações, desencadeando crises familiares ou tentativas incessantes de tentar resgatar os sonhos de cisheterossexualidade (Thiago Soliva; João Silva, 2014).

Chegando ao destino do caminho proposto para pensar os pactos performativos, retomo outros conceitos neste capítulo são os conceitos de “performance”, “performatividade” e “perfechatividade”. Para Judith Butler (2003) a performance está relacionada a teatralidade, a representação, como por exemplo, as *drag queens*, que performam um gênero de maneira exagerada com um objetivo artístico, por outro lado, a performatividade está relacionada a repetição das normativas de gênero, não sendo algo elegível, mas um ato involuntário.

De acordo com a autora, a performance, diferente da performatividade, é um ato voluntário, podendo ser escolhido quando irá acontecer (Judith Butler, 2003), contudo, pensando ainda sobre o exemplo das *drag queens*, representar um gênero, ainda que exagerado, não é também reiterar as normativas que determinam aquele gênero? Para interpretar uma mulher, é necessário pensar o que faz uma mulher e como se constrói e é materializado no corpo o gênero “mulher”. Daniel Kveller e Henrique Nardi (2022) defendem o argumento de que sendo o gênero algo que é construído através das normativas de cisgeneridade e heterossexualidade, é possível, ao mesmo tempo, fazer gênero que

tensionam e desafiam essas próprias normativas. Para os autores na performatividade, “o controle é muito mais restrito devido à dimensão inconsciente envolvida no processo de repetição e incorporação” (p. 3).

Leandro Colling, Murilo Arruda e Murilo Nonato (2019) destacam que a intenção de Butler ao fazer essa separação foi costurar a ideia de que a performatividade não diz respeito a um gênero que pode ser construído, mas sim de como interagimos com as normas que constroem o gênero a partir da repetição e que não podemos, por vontade própria, abrir mão delas. Assim como o gênero, a sexualidade também não é algo que possa ser montado ou desmontado, mas as experiências da vida permitem a fluidez da percepção de como interagimos com nossos desejos.

É importante pontuar que a ideia de um gênero que é construído socialmente, bem como a de uma sexualidade que pode ser fluída, não implica em dizer que práticas de “correção” de identidade de gênero e orientação sexual são eficazes e podem funcionar a partir desta mesma lógica, pelo contrário. As práticas de “correção” partem de um lugar que visa aniquilar tudo que fuja da matriz cisgênera e heterossexual, reforçando as normativas de gênero através da violência psicológica e, em algumas situações, física também.

Como questionamento desses dois conceitos Leandro Colling, Murilo Arruda e Murilo Nonato (2019) propõem, como já posto, um novo conceito que tensionam as definições butlerianas, apresentando a “perfechatividade” como vivências de homens gays afeminados que transitam entre os limites da performatividade e da performance, podendo performar expressões de gênero de acordo com a situação social que estão inseridos.

A partir dessa reflexão levantada me proponho a pensar que a experiência de transitar entre as fronteiras de performance e performatividade não é algo que pode ser encontrado apenas nas vivências de homens gays afeminados, mas como na experiência de ser LGBTQIAP+ como um todo.

Me alinho com os autores ao pensar que sim, diferente do que propõe Butler, é possível construir um gênero, mas não apenas num momento artístico, como a autora destaca, mas em situações do cotidiano, que são provocadas por fatores que nos leva a acessar nosso repertório cultural e subjetivo acerca do que compreendemos sobre determinado gênero e, a partir daí, construir a performance para aquela situação. O que implica também em repetir, de maneira consciente e deliberada, as normativas daquele gênero, visando o benefício da segurança, afeto, dentre outros. Para dialogar com essa discussão, trago abaixo o relato da época em que não apenas construí, deliberadamente, uma falsa expressão de gênero

condizente com a feminilidade, como também construí uma falsa expressão da minha sexualidade.

Em janeiro de 2012, quando tinha 14 anos, conheci através de amigos em comum uma mulher chamada Cecília. Começamos a conversar pela internet e não demoramos para concordar que havia uma atração mútua, então nos organizamos para acontecer o nosso primeiro encontro. Apesar de ser a primeira vez que eu conversava com uma mulher com aquele objetivo, eu me sentia muito confiante com a ideia de descobrir e compreender mais sobre a minha sexualidade e Cecília estava confortável com a situação. Até pouco antes de conhecê-la, pensar na possibilidade de uma orientação que não heterossexual não era cogitada por mim, me levando inclusive a assumir uma postura de que a experiência era, a princípio, mera curiosidade e acabaria ali. Só depois entendi que aquela atração não era passageira e tinha nome: bissexualidade.

No carnaval daquele ano convenci os meus pais para que Cecília ficasse comigo naqueles dias, visto que eu estaria de férias e queria companhia de uma amiga para passar o tempo, meus pais autorizaram e foi combinado que ela ficaria na nossa casa por uma semana. No primeiro dia em que ela chegou nos beijamos escondido e, para minha surpresa, decidimos ali mesmo engatar um namoro, então passamos esses sete dias juntas sem levantar suspeitas sobre a real natureza do nosso relacionamento. Segui com esse relacionamento escondido por quase três meses, construindo estratégias junto com Cecília para que não fôssemos descobertas pelos meus pais, como por exemplo, evitar demonstrar afeto em público ou esconder nossas interações em redes sociais. A mãe dela, por outro lado, sabia sobre nós e sempre que possível tentava ajudar para que nossos encontros pudessem continuar acontecendo.

Além disso, também escondia cartas e presentes que eu recebia da minha namorada, contudo, por um descuido, um dia minha mãe encontrou uma carta escrita por Cecília que revelava detalhes sobre o nosso relacionamento. Eu não tinha boas expectativas em relação a aceitação da minha mãe, pelo contrário, mas ainda assim fui pega pelo impacto e dor do não acolhimento acerca da minha sexualidade. Fui proibida de continuar vendo Cecília mediante a ameaça de contar para o meu pai, que por ser militar poderia, supostamente, tomar atitudes mais severas (apesar que a minha mãe nunca explicitou quais atitudes seriam tomadas, apenas instalou o medo da figura do meu pai), além disso, tudo passou a ser vigiado, minha mãe não confiava em mais nenhuma amizade e todos os meus gostos passaram a ser questionados.

Não acatei a proibição por completo e continuei a relação, continuei com as mesmas estratégias utilizadas anteriormente mas acrescidas de uma obrigatoriedade em reforçar estereótipos sobre feminilidade como um uso exagerado de maquiagens e roupas "femininas" no meu cotidiano. Porém, com o passar do tempo, viver com aquela ameaça iminente de ser arrancada do armário para o meu pai e sofrer as consequências desconhecidas era angustiante. Além disso, havia o agravante de que Cecília era maior de idade, com 19 anos, e eu apenas uma adolescente. Essa diferença significativa de idade levou minha mãe a querer levar a situação até a delegacia, contudo, ela não foi adiante porque eu menti afirmando que iríamos terminar. Olhando para o passado, entendo tanto o lado da minha mãe por entender as problemáticas de um envolvimento de uma adolescente com uma pessoa já adulta, como também entendo o meu lado de não querer ter a minha namorada presa por minha causa. Tomada pelo desespero, decidi ter um relacionamento heterossexual falso para acabar com aquela situação e poder viver uma vida em segredo com Cecília.

Escolhi apresentar o meu novo “namorado” em evento em que toda a minha família extensa estava presente, pois, a “montação performativa” só poderia ser bem-sucedida se houvesse uma plateia para ver o espetáculo. Aparecer com um homem branco ao meu lado gerou tamanha felicidade na minha mãe, que ela além de se posicionar a favor desse relacionamento mesmo diante da negativa da permissão que deveria ser dada pelo meu pai, ela ignorou que a mesma diferença de idade que existia entre eu e Cecília, existia também entre eu e o meu namorado.

Meu plano funcionou em partes, no sentido que minha mãe parou com as cobranças e eu poderia então seguir com o meu relacionamento, contudo, minha namorada e eu acabamos brigando e encerramos a relação. Nesse meio tempo, meu falso namorado foi se aproximando cada vez mais da minha família e eu me vi imersa demais nos esforços da heterossexualidade que acabei sendo aprisionada numa relação que eu não gostaria de estar para não ser retirada do armário e sofrer com as possíveis consequências.

Esse relacionamento não só atendia às expectativas da heterossexualidade, como também me compelia a me apresentar mais feminina, pois, agora que estava em uma relação, era preciso que ela funcionasse de acordo com o esperado. Por estar namorando com um homem, eu tinha permissão para poder sair mais, voltar a escutar as músicas que eu gostava, manter as minhas amigas por perto, pois, já que eu estava desempenhando as normas da heterossexualidade, não havia mais com o que se preocupar.
[relato de memória - 2012;2013]

Analisando o relato acima, destaco o momento de construção de uma expressão de gênero atravessada pela normatividade heterossexual, na qual mesmo com a minha aceitação pessoal sobre ser bissexual, eu entendi que era necessário reiterar as expectativas

relacionadas ao gênero feminino, como me apresentar sempre o mais parecida possível do que uma menina da minha idade deveria supostamente ser.

Como pontuei no relato anterior, a cobrança pelo desempenho da heterossexualidade e feminilidade foi transferida da minha mãe para o meu namorado, o que acentuou a minha cobrança para continuar com a performance, afinal, o fim dessa relação representava para mim o fim da “oportunidade” de não ser retirada do armário e ser oprimida pela minha sexualidade.

Enxerguei nessa falsificação de expressão de gênero e sexualidade, a possibilidade de viver as minhas vontades quando eu podia estar fora daquele cenário, o que incluiu, em certo momento, trair o meu namorado para poder viver também os meus desejos de ficar com meninas. O artifício do namoro heterossexual falso é inclusive mencionado por Thiago Soliva e João Silva (2014) como um importante recurso utilizado por pessoas LGBTQIAP+ para aliviar as pressões familiares e conseguir continuar acessando partes importantes de nossas vidas e ainda continuar fazendo parte daquela família.

Os pactos criaram uma cisão das concepções de gênero que eu havia elaborado, de um lado, existia uma concepção sobre ser mulher que era perpassada exclusivamente pela heterossexualidade e que precisava ser reiterada a todo momento através da feminilidade exacerbada para não correr riscos de ser apontada como fraude. Do outro lado, existia a concepção sobre ser mulher que acolhia a bissexualidade e a minha expressão de gênero, mas que foi construída a partir do que deveria ficar de fora da concepção anterior. Existiam as roupas que poderiam servir para cumprir os pactos performativos e as roupas que poderiam ser utilizadas fora desse contexto, assim como o jeito de sentar, falar e até mesmo interesses. Ou seja, havia uma compreensão de que, enquanto membro da estrutura cisheteropatriarcal, eu precisava cumprir com as obrigações na esfera social, pactuando que o lado subversivo não deveria aparecer nesses momentos e continuar restrito aos espaços que eu conseguia direcionar as possibilidades de vivência da minha sexualidade.

Defendo especificamente nesta dissertação que pactuamos determinadas performances em certos espaços para evitar LGBTQIAPfobia, esses pactos são atravessados tanto pelas concepções cisheteronormativas de gênero tanto pelas concepções subversivas de expressão de gênero e sexualidade, haja vista que, é por esses atravessamentos que entendemos em quais lugares esses pactos são cobrados e em quais lugares os pactos podem ser rompidos.

Apesar de compreender que esses pactos podem ocorrer em diversas situações sociais, como na educação, no trabalho, no atendimento à saúde, eu opto pelo recorte em meu trabalho de modo a direcionar o foco para a família nuclear primária por compreender que este é o lugar que muitas pessoas LGBTQIAP+ vão experienciar pela primeira vez os pactos. Além disso, a família é a estrutura que, por muitas vezes, ocupa o papel de garantir que as normas sejam repetidas e reiteradas, após o anúncio do gênero de cada novo membro.

Entendo que os pactos performativos de cisheteronormatividade podem ser compreendidos então como as negociações realizadas por pessoas LGBTQIAP+ a partir da construção deliberada de uma expressão de gênero e/ou orientação sexual que possa, momentaneamente, condizer com às expectativas do sexo e gênero que lhe foi atribuído ao nascer. O que não implica em um abandono de sua identidade de gênero e/ou orientação sexual, mas sim, a simulação de um gênero e de um corpo sexuado a partir da tentativa de se proteger de situações LGBTQIAPfóbicas. Essas negociações podem começar na família, haja vista que é o espaço que é primariamente atravessado pelas questões de gênero e sexualidade, e seguir até outras esferas ao longo da vida.

Como neste texto falo de família, pude compreender que há dois recursos que são utilizados nessas negociações: o recurso do silêncio e o recurso do armário. O recurso do silêncio é atravessado pelo discurso e atos de fala, ou seja, ao ficar em silêncio diante de algo enunciado por um membro LGBTQIAP+, a família não enfrenta uma realidade na qual a orientação sexual e/ou identidade de gênero é materializada, levando a deslegitimação dessas orientações e identidades. Em outras palavras, se a comunicação da experiência dissidente é ignorada, a realidade material vivida é a que, para todos os efeitos, naquele espaço delimitado, a pessoa LGBTQIAP+ é ainda cisgênera e heterossexual. O recurso do armário, por outro lado, serve para delimitar os espaços dos pactos, explicitam onde é necessário que o membro LGBTQIAP+ fique no armário, como reuniões e eventos em família, por exemplo, e delimitar os espaços que esses pactos não podem ser alcançados, pois fogem do que pode ser considerado relevante para aquele núcleo.

Os pactos performativos de cisheteronormatividade podem acontecer de diversas maneiras e em diversos contextos, como no trabalho, no acesso à saúde ou até mesmo nas relações afetivo sexuais. Há diversas situações que levam pessoas LGBTQIAP+ a fazerem os pactos de performatividade cisheteronormativas dentro do espaço familiar, há motivação pela afetividade, o medo do desprezo e de estar em uma situação de vulnerabilidade econômica. Ou seja, em linhas gerais, o que nos motiva a “aceitar” viver esses pactos é a tentativa de nos

proteger de qualquer tipo de violência, seja de ordem física, psicológica ou patrimonial, enquanto buscamos estratégias de enfrentamento para poder manejar com as situações de LGBTQIAPfobia.

Exponho abaixo mais dois relatos sobre situações em que vivi esses pactos com a minha família por conta de estar vivendo relações com mulheres, dessa vez interpelada por outras motivações, para além da proteção, novos repertórios emocionais para lidar com as situações.

Eu tinha uma melhor amiga que conhecia desde os meus 16 anos, crescemos e vivemos juntas os momentos da nossa recém-chegada à vida adulta e à universidade. Assim como eu, Olívia também é bissexual e assumida para o seus pais, então compartilhávamos da experiência de não poder falar sobre nossa sexualidade em casa desde que havíamos saído do armário. Certo dia estávamos juntas e ambas sentiram uma vontade repentina de ficar, depois desse primeiro beijo, não nos separamos e engatamos um relacionamento de quase três anos. Decidimos em conjunto que os nossos pais não iriam saber que havíamos começado o namoro, já que ambas frequentavam a casa uma da outra e assumir um relacionamento poderia nos tirar o privilégio de poder vivê-lo com mais tranquilidade. Além disso, havia também o medo de perder o apoio emocional e financeiro de nossos pais, haja vista que estávamos com 20 anos, no meio da graduação e sem nenhum tipo de renda fixa e estável.

Assim como foi com Cecília, tentávamos esconder nossa relação “compensando” nas expressões de gênero, exagerando na feminilidade na tentativa de não levantar suspeitas sobre o tipo de relação que tínhamos, o que colocava um peso muito grande no nosso relacionamento por precisarmos fingir que éramos só amigas. À medida que fomos acessando alguns recursos financeiros, a necessidade de continuar com as

performances diante de nossas famílias foi diminuindo. Ainda que o dinheiro que nós duas estávamos ganhando na época não pudesse viabilizar nossa saída de casa, começamos a investir em espaços que pudéssemos estar juntas sem se preocupar com a nossa família, como alugando apartamentos no final de semana ou ficando em hostels. A realidade mudou um pouco após a minha formatura, quando passei a trabalhar e juntei dinheiro suficiente para sair de casa, mesmo Olívia não morando comigo, passamos a viver com mais tranquilidade sem o temor da expulsão de casa, para pelo menos uma de nós, orbitando o nosso relacionamento. Como Olívia estava perto de concluir a graduação, decidimos que iríamos esperar para revelar sobre o nosso relacionamento para nossas famílias pouco depois que ela começasse a trabalhar e fossemos morar juntas oficialmente, contudo, o relacionamento acabou antes disso e não havia mais o que comunicar. [Relato de Memória - 2018, 2019, 2020]

Este relato apresenta o ponto do recurso do silêncio em paralelo aos pactos, já que, sabíamos que levantávamos suspeitas do nosso relacionamento para nossas famílias, contudo, decidir pelo silêncio foi uma forma de proteção que encontramos para evitar passar por situações de LGBTQIAPfobia vinda de nossos pais.

Outro ponto importante que destaco acima diz respeito aos recursos financeiros que para Thiago Soliva e João Silva (2014) estes “são componentes indispensáveis com os quais os pais mantêm o controle social sobre a identidade sexual de seus filhos após o seu conhecimento” (p. 141). Nesta situação o dinheiro foi a estratégia encontrada para criar condições de segurança que serviram para contornar a possibilidade de expulsão de casa e antecipar minha saída de casa por conta própria, além disso, me deu confiança para falar de relacionamentos posteriores.

Apesar de eu ter tido diversos relacionamentos desde que iniciei a minha vida afetivo-sexual, a última vez que apresentei formalmente aos meus pais alguém com quem eu estava me envolvendo emocionalmente foi em 2014 e isso só mudou em 2021, quando, após ter conquistado independência financeira e ter saído de casa, me senti confortável para

informar sobre meus relacionamentos, principalmente por morar sozinha e despertar neles algumas preocupações com a minha segurança. Na época, eu tinha um namorado e uma namorada e não achava justo falar de uma pessoa sem falar da outra e então decidi que iria sair de mais um armário para meus pais e explicar que eu sou uma pessoa não-monogâmica. Trago um pouco sobre a experiência e os sentimentos provocados logo abaixo em um trecho do meu diário:

Hoje eu contei para meus pais sobre estar namorando com Antônio e Alice e a reação deles não foi diferente do que eu esperava. escolhi falar primeiro de Antônio porque eu sabia que a ideia de eu estar namorando com um homem faria com que a minha mãe ficasse animada, já que ela sempre deixa claro a preferência dela é por ter um genro. quando contei para os dois sobre Antônio expliquei que já estávamos juntos há um tempo e nos conhecíamos há muitos anos, meu pai falou para eu tomar cuidado e logo foi embora da ligação porque estava ocupado, e minha mãe falou que ela quer marcar para ele ir lá. confesso que gosto da ideia de ter um namorado que meus pais queiram perto, mas me senti mal por desejar isso porque não é uma coisa que pode acontecer também com a Alice, mesmo que eu estivesse namorando só com ela. quando fui contar para minha mãe sobre minha namorada ela fez um rosto de desaprovação muito grande e perguntou se era para isso que eu queria morar sozinha. segurei o riso, pois é verdade também. minha mãe reclamou sobre ser uma mulher e disse que nunca estaria pronta para receber bem isso, mais uma vez. fiquei com raiva... queria que pudesse ser diferente. então decidi que nem o Antônio ela iria conhecer. ou eu apresentava os dois ou apresentava nenhum. bem, ela decidiu que vai ser nenhum. só tô triste. acho que fiquei tocada por conhecer as famílias de Alice e desejei proporcionar isso para ela também. [trecho de diário pessoal - 20/09/2021]

Ter passado por diversas situações de saídas do armário fez com que eu vivenciasse os pactos performativos de maneiras muito diversas e, a cada situação, havia sempre o componente do meu desejo em não querer abrir mão de viver as experiências da vida que eu estava construindo. Nos primeiros anos após a descoberta da minha orientação sexual não tive muitas opções e abri mão de viver a minha sexualidade como gostaria, com o passar do tempo o recurso do dinheiro, bem como a construção de uma rede afetiva sólida e presente, senti que a maneira como esses pactos chegavam até estavam mudando.

Na minha mais recente saída do armário, não apenas entendi que queria viver o meu relacionamento, mas também gostaria que os meus pais pudessem fazer parte da minha vida de outra forma, eu queria romper com os nossos pactos de silêncio para que a relação pudesse ser reorganizada a partir de um lugar de respeito e acolhimento. Trago sobre esse momento de tentativa de construir uma relação diferente com os meus pais através do relato abaixo:

Mesmo após uma tentativa frustrada no ano anterior de apresentar uma companheira para meus pais, decidi tentar novamente em 2022 com a Malu. Eu havia recém feito 25 anos e os meus planos de comemorar com os meus pais não haviam dado certo, estava frustrada por precisar ter momentos diferentes de aniversário já que não me sentia confortável em permitir que meus pais acessassem uma parte da minha vida que, por muito tempo, eles escolheram ignorar. Diante desta situação resolvi conversar com eles por mensagens para tentar falar sobre como era cansativo viver uma vida dupla e informar sobre a minha nova relação.

[trecho de conversa em aplicativo de mensagens]

- *estou com saudades, filha. estou sentida por não termos comemorado o seu aniversário*

- *eu fiquei muito sentida na semana passada quando a senhora disse que eu não dava prioridade a vocês, quando vejo que não é bem assim. eu quis comemorar junto pela manhã e início da tarde porque eu tinha outros planos para a noite. e talvez eu não tivesse que 'separar' as comemorações se eu não*

sentisse que para eu ter o amor e afeto de vocês dois eu tenho que fingir que partes de mim, que são importantes, não existem. (...) é difícil sentir como se eu não tivesse apoio e acolhimento às vezes. ao mesmo tempo que eu tenho a sensação que preciso ficar escondendo partes importantes da minha vida, porque se eu contar, não haverá mais amor. mas só que mesmo sem contar, já me sinto assim. como eu posso me sentir à vontade se eu sinto que só posso permanecer se eu continuar fingindo? dito tudo isso, só quero que vocês saibam que eu tenho uma namorada agora. ela é uma pessoa incrível, amorosa e gente boa. torço para que um dia vocês possam conhecê-la e conhecer uma parte importante da minha vida.

- tudo isso é, em parte, verdade. para mim é muito difícil, como você diz e não sei quando estarei preparada, mas enquanto isso, vai ser feliz. estaremos aqui para te proteger e te defender. eu amo você. [relato de memória - 2022,2023]

Para Audre Lorde (2020) “fomos socializadas para respeitar mais o medo do que nossas necessidades de linguagem e significação, e enquanto esperar em silêncio pelo luxo supremo do destemor, o peso desse silêncio nos sufocará” (p.54). Ao me desfazer do recurso do silêncio, coloquei meus pais novamente no lugar do armário, dessa vez, os chamando para sair dele junto comigo. O que provocou um incômodo e uma possível recusa, a priori, mas, eu compreendi que tanto para mim quanto para eles, viver aquilo era uma situação nova que demandava de nós três paciência e disposição. Aos poucos fui tensionando os meus para experienciar também os desconfortos que dessa nova vivência, o que permitiu com que eu pudesse apresentar minha namorada para eles, passarmos feriados juntos, até chegar ao ponto de apresentar a Malu para a família extensa. Como a resposta das minhas avós, tias e primos foi acolhedora, acredito que hoje meus pais conseguem finalmente construir junto comigo um lugar diferente em nossa relação, acolhendo o aspecto da minha sexualidade como algo legítimo e não mais silenciado. Embora para espaços mais conservadores meus pais ainda se mantenham no armário, percebo que no que diz respeito às nossas famílias nuclear e extensas, eles estão sustentando viver fora do armário.

Essa última experiência de saída me levou a compreender também que quanto mais me desfiz dos recursos de poder que me aprisionavam a continuar performando uma expressão de gênero feminina e uma sexualidade heterossexual, mais eu consegui construir autonomia para viver as experiências que desejava. Contudo, percebo que estar fora de casa é interpretado como um “rompimento” com a minha família nuclear primária para dar espaço para que eu possa criar um novo núcleo familiar, o que pode abrir margem para novas demandas de cisheteronormatividade através de novos tipos de pactos que dialogam sobre reproduzir estruturas coloniais de família.

Judith Butler (2003;2018) discute que a performatividade de gênero acontece através da repetição das normas, ainda que essa repetição não seja exatamente como o que é desejado pela norma, em outras palavras, a cisheteronormatividade tenta perfurar a dissidência ao tentar direcionar corpos disruptivos para uma norma de matriz heterossexual e cisgênera. Leandro Colling e Gilmaro Nogueira (2014) explicam essa tentativa compulsória de normatividade se apresenta quando pessoas LGBTQIAP+ estruturam as suas vidas para viver uma simulação da heterossexualidade, como por exemplo, buscando o ritual do casamento, de ter filhos ou de definir pelo binarismo de gênero os papéis desempenhados por cada pessoa do casal, marcando que pode “representar” o homem e a mulher do casal.

A família, ao se deparar com a impossibilidade de “corrigir” os seus membros que fazem parte da comunidade LGBTQIAP+, enxergam nessas relações não-heterossexuais uma nova tentativa de não falhar com a reprodução das normativas que constroem as famílias pela matriz da colonialidade e da cisheterossexualidade, sendo evocados novos tipos de pactos de performatividade. Ou seja, a aceitação de casais de pessoas LGBTQIAP+ no espaço familiar muitas vezes encontra-se condicionada à expectativa de que o casal aja, ou passe a agir, como um casal heterossexual e se comprometa a cumprir os ritos a cishetenormatividade.

Essa performance de heterossexualidade em casais não-heterossexuais pode ser compreendida também como parte da estrutura dos pactos performativos, pois, é também uma forma negociar a convivência sem acolher de fato todas as dimensões das relações afetivo sexuais de pessoas LGBTQIAP+. Por conta dessa expectativa de continuidade desse tipo de organização familiar, mesmo após a saída do armário, permanece uma sensação que Daniel Kveller e Henrique Nardi (2022) descrevem como uma “inadequação e desarmonia; seja pela falta ou seja pelo excesso, ela sempre parecerá uma performance” (p.7).

Judith Butler (2003) defende que é importante que nós, pessoas LGBTQIAP+, possamos “revisar a organização social da amizade, dos contatos sexuais e da comunidade

para produzir formas de apoio e aliança não centradas no Estado” (p. 231), uma vez que o Estado preocupa-se em privilegiar o casamento como uma instituição que possui um papel significativo em construir as normas de gênero e sexualidade e, muitas vezes, exclui e invalida relações não-heterossexuais e as relações não-monogâmicas. Para bell hooks (2020), desde a infância nos é ensinado que relações de amizade não podem ser igualmente importantes como as relações familiares, o que é entendido como uma tentativa de gerar um afastamento da família da dimensão do público, para poder manter a fantasia colonial da família tradicional ideal, além de barrar as interferências externas que podem evitar abusos de poder dentro dessa esfera. O amor e o carinho não estão destinados apenas aos laços familiares, há nas amizades também a possibilidade de encontrar a afetividade em comunidade nesses outros formatos de relação.

Ao assumir o meu relacionamento com a minha namorada para meus pais a resposta inicial foi de recusa, contudo, ao contar que estávamos morando juntas percebi que a nossa relação ganhou um status de seriedade maior, haja vista que o ato de morar junto é, muitas vezes, entendido como um casamento, só que sem a formalização do Estado. Ao ser vista como alguém que casou, desperto em meus pais a ideia de que estou construindo uma família e que esta família pode, no futuro, gerar mais descendentes, dessa forma, correspondendo às normativas coloniais e cisheterossexuais de construir família. Contudo, viver sob a égide dessas normativas não é o que eu e a minha companheira planejamos, já que buscamos construir nossa família perfurando essas concepções coloniais a partir do que acreditamos e compreendemos da não-monogamia. Estamos construindo nossas redes baseadas em laços afetivos e sem hierarquização em nossas trocas de carinho e cuidado, incluindo não apenas outras relações afetivo sexuais, mas como também as relações de amizade.

REFLEXÕES FINAIS

Concluo as minhas reflexões retomando os objetivos da minha dissertação que são: “compreender como os pactos performativos dentro da estrutura familiar nuclear cisheteropatriarcal podem ser utilizados como estratégias de sobrevivência à LGBTQIAPfobia intrafamiliar”, como objetivo geral e “explorar experiências autoetnográficas acerca das vivências de LGBTQIAPfobia dentro do espaço residencial”; “conceituar “pactos performativos” a partir da análise autoetnográfica”; e “analisar a importância da construção de novas perspectivas de arranjos e convivências”, como objetivos específicos.

Em “Irmã Outsider” a intelectual negra e lésbica Audre Lorde (2020) nos convoca a pensar sobre como é importante que nós, pessoas que vivenciam opressões por conta do nossos marcadores sociais, possamos construir teoria a partir de nossas vivências, não só para acessar outras de nós sobre nossas realidades compartilhadas, mas também como um exercício contínuo de vida e criatividade que nos ajuda a sobreviver.

Compreendo que meu maior ato de força aqui foi permitir que as minhas vulnerabilidades fossem utilizadas para construir teorias que trazem visibilidade para as questões que atravessam as subjetividades dissidentes de gênero e sexualidade, dessa forma, vejo que pude atingir os objetivos desta pesquisa. Apresentei aqui o que proponho explicar ao discorrer sobre o conceito de pactos performativos, elencando inclusive recursos que são utilizados para a manutenção desses pactos. Argumento também sobre a dualidade de viver essas experiências performativas, uma vez que os pactos tanto são uma tentativa por parte da sociedade em nos aprisionar nas normativas da heterossexualidade e da cisgeneridade, como também são escudos que utilizamos para escapar de viver violências em nossas famílias nucleares.

Ao apresentar que há outras formas de construir amor e afeto nas relações familiares contribuo para as discussões sobre o que podemos definir como família, haja vista que, as pessoas LGBTQIAP+ estão sempre tensionando essas definições, para além do que diz respeito da recusa em viver as relações pelas normativas cisheteropatriarcais e coloniais, mas também incluindo as dimensões afetivas não baseadas na consanguinidade como um lugar de centralidade e trazendo a importância da não-monogamia política, para pensar e construir relações de amor e carinho com qualidade.

Quando construí a minha hipótese de pesquisa estava vivenciando situações completamente diferentes de como a minha vida se encontra nesse momento, o que refletiu

na minha construção de dados já que as experiências vividas após a construção do meu projeto também foram significativas para a redação final do texto. Concluí que sim, há pactos de performatividade que regulam a nossa permanência nos espaços, especialmente nos espaços das famílias, contudo, pude compreender também que há estratégias que possibilitam com que possamos transgredir os pactos, como por exemplo, romper com os silêncios que tentam deslegitimar as sexualidades e identidades dissidentes e desestabilizar com as amarras dos armários que nos colocam. Entendo também que para acontecer esses atos de subversão dos pactos é necessário mais do que a vontade em transgredir, é preciso também de uma rede de apoio e recursos psíquicos e financeiros que nos proporcione segurança, confiança e autonomia.

Finalizo essa experiência autoetnografia trazendo a arte, mais uma vez, a partir de um autorretrato feito anos atrás que é muito significativo para mim. Na época, fiz essa ilustração ao refletir sobre momentos que precisei abrir mão de ser quem sou e os resultados exaustivos desse tipo de movimento. Enquanto estava ilustrando, acredito que não pensei, conscientemente, sobre os momentos em que eu atuava a partir dos pactos performativos de cisheterossexualidade, mas hoje consigo interpretar a ilustração também desse lugar. Romper com a cisnormatividade e hoje poder assumir a minha identidade de gênero, minha orientação é poder viver o que é negado para nós pessoas LGBTQIAP+: a possibilidade de uma vida que é vivível.



Figura 8 - “Saudade de mim.” - 2017

REFERÊNCIAS

ADAMS, Tony E.; JONES, Stacy Holman.; ELLIS, Carolyn. Introduction—Making Sense and Taking Action: Creating a Caring Community of Autoethnographers. In: ADAMS, Tony E.; JONES, Stacy Holman.; ELLIS, Carolyn. (orgs.). **Handbook of autoethnography**. New York, Routledge, 2 ed, 2022, pp. 1-19.

AYOUCHE, Thamy. Da transsexualidade às transidentidades: psicanálise e gêneros plurais. **Percursos**, Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, 2015, Exigências da clínica e da cultura à psicanálise, pp.23-32.

BENTO, Berenice. As famílias que habitam “a família”. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 15, n. 2, p, 2013.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes Louro (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. pp. 110-125

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual?. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 21, p. 219–260, 2016.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. **Chão da Feira**, Caderno n. 78, p. 1-16, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. N-1. 2019.

CAMPOS, José Eduardo Da Silva. Saúde mental da população lgbtqi+: lutando contra estigmas e preconceitos. **E-BOOK X CINABEH - Vol 02**. Campina Grande: Realize Editora, 2021

CASTRO, Mary Gomes. Família, modos de usar e abusar. Maternidade e deslocamentos ou ensaiando indisciplinas. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., e MOUTINHO, L., (Orgs). **Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero** [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 41-65.

CRENSHAW, Kimberlé W. “Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero”. **Estudos Feministas**, ano 10, nº 1/2002, pp. 171-188

COLLING, Leandro; ARRUDA, Murilo Souza; NONATO, Murillo Nascimento. Perfechatividades de gênero: a contribuição das fechativas e afeminadas à teoria da performatividade de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 57, p. 1-34, 2019.

COLLING, Leandro; NOGUEIRA, Gilmaro. Relacionados mas diferentes: sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. In: RODRIGUES, Alexandro; DALLAPICULA, Catarina; FERREIRA, Sérgio Rodrigo da S. (Org.). **Transposições: lugares e fronteiras em sexualidade e educação**. 1ª ed. Vitória: EDUFES, 2014, p. 171-183.

COSTA, Lacilaura B. L.; DE TILIO, Rafael. Revisão integrativa da literatura feminista sobre família. **Psicologia Revista**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 90–113, 2022.

CUSTER, Dwayne. Autoethnography as a Transformative Research Method. **The Qualitative Report**, 19(37), 1-13, 2014.

ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony E.; BOCHNER, Arthur P. Autoethnography: An Overview. **Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2010. DOI: 10.17169/fqs-12.1.1589.

FRANCO, Ricardo Silva; SEI, Maíra. Segredo familiar e os recursos artísticos-expressivos na psicoterapia familiar: Um estudo teórico-clínico. **Psicologia:Teoria e Prática**, 21(1), 282-296, 2019.

GASPODINI, Icaro Bonamigo; JESUS, Jaqueline Gomes. Heterocentrismo e ciscentrismo: crenças de superioridade sobre orientação sexual, sexo e gênero. **Revista Universo PSI**, v. 1 n. 2, p. 33-51, 2020.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil:relatório 2021**. José Marcelo Domingos de Oliveira, Luiz Mott (orgs.). 1. ed. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia , 2022.

HARDING, Sandra. Existe um método feminista? In: BARTRA, E. (org.), **Debates em torno a uma metodologia feminista**. México, D.F.: UNAM, 1998, pp.:09-34.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor: novas perspectivas**. São Paulo: Elefante, 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. O conceito de heterocentrismo: Um conjunto de crenças enviesadas e sua permanência. **Psico-USF**, 18(3), 363–372, 2013.

KVELLER, Daniel B.; NARDI, Henrique C.. Performance, performatividade, perfechatividade: repensando nós conceituais nos estudos queer*. **Cadernos Pagu**, n. 66, p. e226617, 2022.

LONGHINI, Geni. D. N. **Mãe (nem) sempre sabe: existências e saberes de mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais**. (Dissertação de mestrado). Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider: Ensaios e Conferências**. Trad. Stephanie Borges. 1. ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MAIA, Suzana; BATISTA, Jeferson dos Santos. Reflexões Sobre a Autoetnografia. **Prelúdios - Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFBA**, [S. l.], v. 9, n. 10, p. 240–246, 2022.

MOURA, Luiz Wescley Fontelene; ARAGÃO, Heliandra Linhares; ROCHA, André Sousa; SANTOS, Júlio César de Oliveira; CARVALHO, Socorro Taynara Araújo. Violence and LGBTQIA+ Population: Impact on Mental Health and the importance of the Care Network. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 9, p. e0211931369, 2022. DOI: 1.330448/rsd-v11i9.31369.

NOBRE, Thalita Lacerda. A Técnica da Construção da “Linha Do Tempo” Como Instrumento para Anamnese em Psicoterapia Psicanalítica. **Revista Augustus**, 24(47), 2019, 92-113.

OLIVEIRA, Leandro de; BARRETO, Thiago. Silêncios em discurso: Família, conflito e micropolítica em narrativas sobre a revelação da homossexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), n. 33, p. 318–342, set. 2019.

PERUCHI, Juliana; BRANDÃO, Brune Coelho; VIEIRA, Hortênsia Isabela dos Santos. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. **Estudos de Psicologia** (Natal), 2014, 19(1), 67-76.

RAGO, Margareth. ‘Epistemologia Feminista, Gênero e História’. In: Joana M. PEDRO e Miriam P. GROSSI (orgs.), **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998, p. 21-42.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**, Natal, n. 5, 2010, p. 17-44.

SANTOS, Nathaliê Cristo Ribeiro; FREITAS, Rita de Cássia Santos. A violência intrafamiliar contra mulheres lésbicas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS. 3, 2019, Londrina. **[Anais do] III Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social [livro eletrônico]: Desafios Contemporâneos, [do] IV Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais [e do] III Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental**. Londrina, UEL, 2019.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural**, 24(1), 2017, 214-241.

SOLIVA, Thiago B.; SILVA, João B. da. Entre revelar e esconder: pais e filhos em face da descoberta da homossexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), n. 17, p. 124–148, maio 2014.

SEDGWICK, Eve. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Quereres, v.28, p. 19-54, 2007.

SENNA, Ariane; SAUER, Maiane Santos. Transexualidade e saúde na cidade de Salvador.

Em: DENEGA, Alessa; ANDRADE, Darlane; DOS SANTOS, Helena Miranda (orgs.)
Gênero na psicologia: saberes e práticas. Salvador, Conselho Regional de Psicologia da Bahia, 2016, p.134 – 149.

VERGUEIRO, Viviane. **Por Inflexões Decoloniais de Corpos e Identidades de Gênero Inconformes: Uma Análise Autoetnográfica da Cisgeneridade como Normatividade.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

WITTIG, Monique. **The Straight Mind and Other Essays.** Boston: Beacon Press, 2002.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada/e/o,

Este é um termo de consentimento no qual você sinaliza que está de acordo com a sua identificação na pesquisa autoetnográfica intitulada “Na Minha Casa Não!”: Negociações de Afeto e Performatividade de Pessoas Assumidamente LGBTQIA+ na Família” realizada pela discente Naira dos Santos Bonfim do Mestrado Interdisciplinar em Estudos Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) da Universidade Federal da Bahia (E-mail: nairabonfimps@gmail.com / Telefone: (71) 99949-9751), sob orientação da Prof^a. Dr^a. Darlane Silva Vieira Andrade (E-mail: darlane.andrade@ufba.br / Telefone: (71) 991186446).

O objetivo da pesquisa é compreender como os pactos performativos dentro da estrutura familiar nuclear cisheteropatriarcal podem ser utilizados como estratégias de sobrevivência à LGBTQIAfobia intrafamiliar. Para escrita da minha dissertação utilizo como método de coleta de dados a autoetnografia, sendo assim, utilizarei de memórias, desenhos e registros em diários pessoais com o foco nas dinâmicas familiares e outras relações para construir o texto.

Ao consentir a sua identificação em minha dissertação você pode solicitar a leitura e/ou remoção dos trechos nos capítulos em que você aparece.

Você é livre para não participar, desistir ou não autorizar o uso dos dados a qualquer momento da pesquisa, bem como para perguntar ou sanar dúvidas que possam surgir ao longo do processo.

Tendo compreendido tudo o que lhe foi informado acerca de sua participação nesta pesquisa e, estando ciente dos direitos, responsabilidades e riscos desta participação, assine este termo de Consentimento Livre e Esclarecido preenchendo as informações solicitadas abaixo. Você receberá uma cópia assinada deste termo.

Eu, _____, inscrita/e/o no CPF N° _____, declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo. Sendo assim, dou o meu consentimento para a participação desta pesquisa.

Salvador, ____ de _____ de 2023

Participante (Nome e Assinatura)

CPF:

Darlane Silva Vieira Andrade - Prof^a Orientadora

CPF: 986.622.015-04

Naira dos Santos Bonfim - Discente

CPF:017.334.165-95